

REVISTA

FACTO

ABIFINA 

Publicação da Associação Brasileira
das Indústrias de Química Fina,
Biotecnologia e suas Especialidades

MAI-AGO 2023 ■ NÚMERO 72 ■ ANO XVII

ISSN 2623-1177

ESG NA QUÍMICA FINA: O FUTURO É AGORA

ENTREVISTA

08



SETORIAL SAÚDE

11



ARTIGO

18



A IDENTIDADE DA CIÊNCIA NACIONAL

A NORTEC Química expande os Laboratórios de Pesquisa e Desenvolvimento e Controle de Qualidade para alavancar a eficiência e produtividade e possibilitar a realização de experimentos mais complexos.

Os equipamentos avançados e recursos atualizados permitirão que nossa equipe de P&D e CQ desempenhem suas tarefas de maneira ágil e eficiente, utilizando técnicas de análise mais sensíveis e métodos de caracterização aprimorados.

Principais equipamentos:

- Cromatografia - HPLC e CG
- Detector de Massas
- Open Lab
- Espectrofotometro
- Servidores e computadores
- Analisador Umidade e Balança
- Peneira Vibratória
- Estufa
- Câmara de Estabilidade CQ e P&D
- Microscópio CQ
- Capelas
- Unidade Tratamento de Ar
- Braços de Exaustão
- Exaustores /HVAC



CONSULTE-NOS PARA
DESENVOLVIMENTOS
CUSTOMIZADOS



NORTEC QUÍMICA

nortecquimica.com.br

//CORPO DIRIGENTE

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Presidente

Marcus Soalheiro (NORTEC QUÍMICA)

Vice-presidentes

1º Vice-presidente - Sergio Frangioni (BLANVER)

2º Vice-presidente - Jorge Mendonça (FARMANGUINHOS)

Vice-presidente de Planejamento Estratégico - Juliana Megid (EMS)

Vice-presidente de Prop.Intelectual & Inovação - Dante Alarico Junior (BIOLAB)

Vice-presidente p/ Assuntos Governamentais e Acesso - Odilon Costa (CRISTÁLIA)

Vice-presidente Agroquímico - Thais Balbao Clemente (OUROFINO AGROCIÊNCIA)

Vice-presidente da Cadeia Química - Nelson Ferreira C. Júnior (PRATI-DONADUZZI)

Vice-presidente de Biodiversidade - Peter Martin Andersen (CENTROFLORA)

Vice-presidente de Biotecnologia - Akira Homma (BIO-MANGUINHOS)

Vice-presidente Farmacêutico - Marcelo Hahn (BLAU)

Diretores

Diretor de Comércio Exterior - Walker Lahmann (EUROFARMA)

Diretora de Propriedade Intelectual & Inovação - Amanda Lobarto Gimenez (LIBBS)

Diretora de Relações Institucionais - Gabriela Mallmann (ACHE)

Diretor do Regulatório Farmo - Roberto Altieri (BLAU)

Diretora p/ Assuntos da Biodiversidade - Cristina Dislich Ropke (CENTROFLORA)

CONSELHO GERAL

Fausto Terra (OUROFINO SAÚDE ANIMAL)

José Leônico da Cunha Filho (ITF)

Maurício Zuma Medeiros (BIO-MANGUINHOS)

CONSELHO FISCAL

Cláudio Picolli (CRISTÁLIA)

Renato Maziero (BLANVER)

Werisson Viana de Araújo (NORTEC QUÍMICA)

CONSELHO CONSULTIVO

Alberto Mansur

Athayde Júnior

Eduardo Eugenio Gouvêa

Fernando Sandroni

José Correia

José Temporão

Karin Bruening

Lélio Maçaira

Luiz Borgonovi

Marcos Henrique Oliveira

Pedro Wongtschowski

Telma Salles

Presidente de Honra

Nelson Brasil de Oliveira (in memoriam)

Presidente-executivo

Antonio Carlos da Costa Bezerra

//EXPEDIENTE

Coordenação Geral: Luciana Bitencourt - luciana.bitencourt@abifina.org.br

Matéria Setorial Saúde: Fernando de Moraes

Assistente de Produção: Lucielen Menezes

Revisão: Luana Rocha

Projeto Gráfico: Scriptório Comunicação

Arte e Diagramação: Conceito Comunicação - www.conceito-online.com.br

Impressão: Aerographic

ISSN 2526-1177

ASSOCIADOS

Aché - BioChimico - Biolab - Bio-Manguinhos - Blanver -

Blau Farmacêutica - Companhia Brasileira de Lítio - Cristália - EMS - Eurofarma

Fábrica Carioca de Catalisadores - Farmanguinhos - Globe Química - Gross

Grupo Centroflora - IBMP - ITF Chemical - Instituto Vital Brazil -

Libbs - Microbiológica - Nortec Química - Ourofino Saúde Animal -

Ourofino Agrociência - Oxiteno - Prati-Donaduzzi - Supera

Os artigos assinados e as entrevistas são de responsabilidade do autor e não expressam necessariamente a posição da ABIFINA. A entidade deseja estimular o debate sobre temas de relevante interesse nacional, e, nesse sentido, dispõe-se a publicar o contraditório a qualquer matéria apresentada em seu informativo.

ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades

Av. Churchill, 129 / 1201 - Centro

CEP 20020-050 - Rio de Janeiro - RJ

Tel: (21) 3125-1400

Fale conosco: institucional@abifina.org.br

www.abifina.org.br

SUMÁRIO

ARTIGO

A FALTA DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA E O DESAFIO DO APRENDIZADO CONTÍNUO

06



11

SETORIAL SAÚDE POR UM MERCOSUL MAIS ATUANTE E FORTALECIDO



22

MATÉRIA POLÍTICA O FUTURO JÁ É REALIDADE NA QUÍMICA FINA BRASILEIRA



ARTIGOS

18 Denise Mazzaro Naranjo e Fernanda Costa: O comércio exterior e o novo governo

ENTREVISTA

08 Rodolfo Guttilla: ESG: modismo ou um novo conceito?

MATÉRIA NORTEC

28 Nortec Química investe R\$ 33 milhões na expansão dos laboratórios de Pesquisa & Desenvolvimento e Controle de Qualidade e mantém trajetória de inovação

SEÇÕES

04 EDITORIAL

30 PAINEL DO ASSOCIADO

32 ABIFINA EM AÇÃO

Patrocinaram esta edição as empresas:

Biolab Farmacêutica | Globe Química | Nortec Química | Ourofino Agrociência



Antonio Carlos Bezerra

Presidente-executivo da ABIFINA

CRESCER DE FORMA SUSTENTÁVEL

A ABIFINA lançou iniciativas nos últimos dois meses que evidenciam a força da indústria de química fina no tema da sustentabilidade. O Relatório ESG mostrou experiências bem-sucedidas dos nossos associados nos aspectos ambiental, social e de governança (ESG, na sigla em inglês). O webinar “Práticas ESG na química fina: impulsionando a sustentabilidade e a inovação” debateu como empresas e governos estão lidando com essas práticas no mundo. É uma enorme satisfação ver que as companhias brasileiras do setor estão engajadas e têm potencial de se desenvolverem ainda mais no tema, especialmente com os planos de incentivo apresentados pelo atual governo.

O Brasil despertou para o fato de que a política climática impulsionará o crescimento econômico daqui para a frente e será a base da concorrência entre os países. A indústria que sobreviverá será aquela capaz de produzir soluções para o meio ambiente e a sociedade, com boa governança nos negócios.

Antes de avançar no assunto, considero válido começar pelo começo. O que diferencia o tão falado ESG da sustentabilidade? O consultor Rodolfo Guttilla explica, na entrevista desta edição, que o primeiro contempla ações que buscam garantir a sobrevivência da empresa para gerar valor para acionistas, investidores e proprietários. A sustentabilidade visa, como bem final, reduzir as desigualdades e promover a inclusão por meio de uma atividade econômica responsável com o meio ambiente e as pessoas.

Como medir e comparar o desempenho ESG é uma discussão em andamento. Porém, certo é que o surgimento desse novo enfoque exige mais compromisso das companhias. Na química fina, a preocupação com as práticas ESG demonstra um amadurecimento das empresas, algumas delas de capital aberto. As ações de sustentabilidade já existiam, mas notamos que o aspecto da governança, que envolve controles e prestação de

contas, está evoluindo ano a ano, conforme o Relatório ESG disponível no site da ABIFINA.

Identificamos ações como a criação de comitês para temas estratégicos, contratação de auditorias externas independentes, verificação do cumprimento de *compliance* por fornecedores, aplicação de política de combate à corrupção, entre outras.

A isso somam-se ações de tratamento de efluentes, economia de energia, carbono zero, logística reversa, apoio às comunidades e aos colaboradores, além do desenvolvimento de produtos ou processos de química fina que são mais eficientes, geram menos resíduos e reaproveitam materiais.

Guttilla indica que o grande desafio ainda é fazer investimentos no campo social de forma alinhada à estratégia do negócio, com medição e acompanhamento dos resultados para garantir impactos verdadeiramente transformadores. Essa é uma dificuldade mundial, segundo o consultor, diferentemente da área ambiental, na qual se tem critérios objetivos de avaliação. Portanto, as empresas precisam estar atentas à governança das ações sociais.

A Matéria Política, que traz a cobertura do webinar “Práticas ESG na química fina”, agrega o ponto de vista

das políticas públicas. O Brasil retoma sua política industrial com foco na economia verde. Espera-se recuperar o espaço da indústria no PIB. A proposta é incentivar principalmente os setores que já possuem know-how, que podem gerar maior valor adicionado ou que têm maior capacidade de serem competitivos. A química fina se destaca por sua transversalidade nas cadeias produtivas.

O recriado Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) fará a governança do processo e já possui orientações regulamentadas para as ações da nova política industrial. Pautas caras à ABIFINA estão contempladas, como a inclusão socioeconômica, o desenvolvimento produtivo e tecnológico, a inovação, o aumento da competitividade, a sustentabilidade e a inserção internacional qualificada.

Fortalecer o Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) é uma das missões da nova política industrial, com o objetivo de reduzir a dependência externa e fomentar o desenvolvimento tecnológico nacional. Algumas novidades no sentido de estimular o uso sustentável da biodiversidade – que pode ser um diferencial brasileiro no mercado global – estão previstas: selos verdes nas compras públicas sustentáveis, um observatório da bioindústria, a ampliação das exportações de insumos de saúde para o sistema da Organização das Nações Unidas (ONU) e a definição de padrões e metodologias analíticas de plantas medicinais e fitoterápicos.

A reconstrução do Brasil acompanha o movimento de EUA e Europa, que sustentam pacotes bilionários para promover a sustentabilidade em setores estratégicos, como agricultura e energia, no pós-pandemia. A forma como o Mercosul está lidando com esse cenário é a pauta da reportagem do Setorial Saúde. Os países do bloco tentam encontrar complementaridades para estabelecerem trocas comerciais na região e reduzir a dependência de fornecedores indianos e chineses, principalmente.

A ABIFINA participou da 10ª edição do Fórum Empresarial do Mercosul, em junho deste ano, na Argentina, que teve como resultado uma lista de recomendações para os ministros da Saúde do bloco. Duas propostas da entidade foram incorporadas. Uma é aproveitar a experiência da associação no monitoramento de patentes farmacêuticas e farmacêuticas para criar plataformas conjuntas, como um Observatório para acompanhar pedidos de patentes de interesse dos sistemas nacionais de saúde do Mercosul. A segunda proposta consiste na elaboração de uma “cesta de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) estratégicos” na região para que os países do bloco possam trabalhar juntos, cada um na área onde tiver mais vantagens comparativas.

Torcemos para que os ministros da saúde dos países do Mercosul aprovelem as recomendações, que incluem

também a elaboração de um mapa das capacidades públicas e privadas no bloco, visando avaliar as complementaridades na produção de IFAs, produtos biológicos, vacinas e medicamentos inovadores. A inovação, aliás, é crucial para que o bloco se especialize em áreas de maior complexidade tecnológica, ganhando competitividade para exportar.

Um acordo de compras governamentais no bloco é outro mecanismo importante para incentivar a indústria local. O Mercosul possui um Protocolo de Contratações Públicas, que está sendo internalizado pelo Brasil. O artigo de Denise Mazzaro Naranjo e Fernanda Costa nesta edição analisa essas e outras ações de comércio exterior conduzidas pelo atual governo. O capítulo de compras governamentais no Acordo Mercosul-União Europeia, apresenta algumas desvantagens à indústria nacional, porém, diante de possíveis desgastes políticos, deve seguir como está. Por outro lado, o governo brasileiro retirou a oferta de abertura do mercado interno do Acordo de Compras Governamentais como contrapartida para aceder à Organização Mundial do Comércio (OMC).

As autoras trazem ainda novidades, como as vantagens do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Portal Único do Comércio Exterior para os exportadores, além da aprovação do novo Regime de Origem do Mercosul, no qual um produto pode ter no máximo 45% da matéria-prima comprada de um país de fora do bloco para ser considerado nacional.

Todos os avanços almejados dependem de políticas públicas, que devem versar ainda sobre a formação profissional, como indicam Anaely Machado e Acsa Guimarães em seu artigo. Elas mencionam pesquisa do MangroupPower segundo a qual quatro em cada cinco empresários relatam dificuldade para encontrar profissionais talentosos para as vagas abertas. Isso envolve lacunas da educação básica até a atualização contínua em novas competências exigidas por um mercado em constante transformação. Essa perspectiva também pode ser considerada como ação social se o Brasil pretende alavancar seu crescimento a partir das atividades econômicas do futuro.

Esta **FACTO** expressa a trajetória da química fina no tema da sustentabilidade, no qual a ABIFINA atua desde as conferências Eco-92 e Rio+20. Estamos certos de que a entidade contribuiu significativamente para o avanço dessa agenda no Brasil: trabalhamos no marco legal de acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, em fóruns temáticos do Governo Federal e do Senado, e nas ações da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Com a atual retomada da política industrial, depois de anos de paralisia, acreditamos que as empresas produtivas conseguirão fazer o Brasil crescer com o bom uso da biodiversidade local, justiça social e governança nos negócios. 🌱



Anaely Machado e Acsa Guimarães

Anaely Machado é especialista em mercado de trabalho no Observatório Nacional da Indústria da CNI.

Acsa Guimarães é especialista de desenvolvimento industrial do Observatório Nacional da Indústria da CNI, com foco em pesquisas primárias.

A FALTA DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA E O DESAFIO DO APRENDIZADO CONTÍNUO

O mercado de trabalho está em constante transformação e traz cada vez mais desafios para a formação profissional. Não por acaso, quatro em cada cinco empresários relatam dificuldade para encontrar profissionais talentosos para as vagas que são abertas, segundo pesquisa do MangroupPower¹ (ver gráfico).

O cenário é ainda mais desafiador ao se levar em consideração a constante e acelerada transformação dos perfis profissionais demandados pelo mercado de trabalho devido à expansão da tecnologia, da digitalização e de políticas de ESG (sigla em inglês para o tripé ambiental, social e de governança). O *World Economic Forum* (WEF) aponta que 44% das competências requeridas atualmente pelo mercado de trabalho deverão ser modificadas até 2027². Diante desse cenário, a falta de mão de obra qualificada tem sido apontada como um dos grandes desafios da indústria brasileira.

No entanto, compreender e sanar o problema de falta de mão de obra qualificada no Brasil requer um olhar mais amplo. A dificuldade em encontrar profissionais com as habilidades requeridas para preencher as vagas abertas abrange desde as lacunas de aprendizado da educação básica até a necessidade de que os trabalhadores desenvolvam competências novas continuamente.

O percentual da população com pelo menos o ensino médio completo passou de 49,2% para 65,2% entre 2012 e 2023, segundo dados do IBGE³. Esse resultado reflete a expansão e a consolidação das políticas de ampliação do acesso e permanência nas escolas. Embora o País tenha evoluído em termos de acesso à educação, o Brasil ainda precisa avançar em termos de qualidade. A última edição do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf)⁴ evidenciou que 12% da população com ensino médio completo eram analfabetos funcionais. Uma educação básica frágil limita o potencial da formação profissional.

Para além da educação básica, é preciso reconhecer que muitos jovens recém-formados desempenharão ocupações que ainda nem existem. A busca por inserção, reinserção e melhor posicionamento no mercado de trabalho perpassa pela necessidade, cada vez maior, de aprendizado contínuo. Estudos acadêmicos têm evidenciado que a pressão por requalificação é consideravelmente maior entre

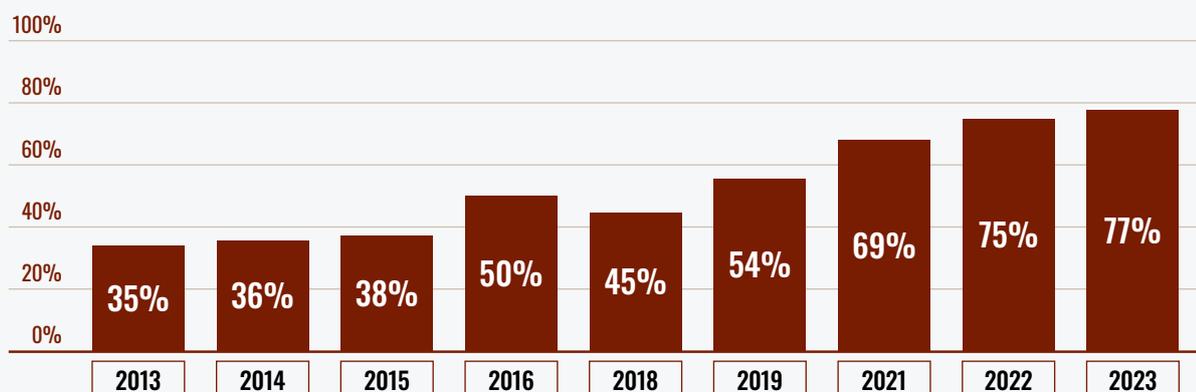
1. Ver resultados da Pesquisa de Escassez de Talentos no Brasil, que abrangeu 1020 empregadores entrevistados no Brasil. Disponível em: <https://blog.manpowergroup.com.br/pesquisa-escassez-de-talentos-2023>.

2. Dados do estudo *Future of Jobs*, disponível em: <https://www.weforum.org/reports/the-future-of-jobs-report-2023/>.

3. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. O indicador considera somente a população de 14 anos ou mais.

4. Indicador é fruto da parceria entre a ONG Ação Educativa e o Instituto Paulo Montenegro. Ele é obtido a partir de pesquisa amostral com representatividade em nível nacional. O Inaf tem série histórica de 2001 a 2018. Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br/>

Percentual de empresários que reportam dificuldade para encontrar talentos



Fonte: MangroupPower, 2023. Elaboração própria.

ocupações com menores níveis de educação e habilidades. Isso é especialmente relevante para o caso brasileiro, no qual cerca de 80% dos trabalhadores formais estavam alocados em ocupações que requerem formação até o ensino médio, em 2021⁵.

Diante desse contexto, o aprendizado contínuo é crucial para a indústria brasileira. De acordo com dados do Mapa do Trabalho Industrial (MTI), quase 8 milhões de profissionais alocados em ocupações industriais deverão ser requalificados ou aperfeiçoados em quatro anos⁶. A requalificação abrange profissionais em atividades que estão se tornando obsoletas e por isso precisam se requalificar para outras funções no setor produtivo, enquanto o aperfeiçoamento engloba trabalhadores cuja ocupação está incorporando novas competências, complementares às atuais, que precisam ser desenvolvidas para acompanhar as transformações do setor industrial. Além disso, o Mapa também mostra o alto potencial de crescimento de profissões transversais, como áreas de segurança do trabalho, controle de qualidade e logística, reforçando a tendência de que o emprego do futuro estará cada vez mais ligado à capacidade adaptativa dos trabalhadores a diferentes contextos.

Por fim, qualificar a mão de obra exige atenção às reais necessidades do setor produtivo. Isso implica traçar um plano de oferta educacional em carreiras convergentes à demanda existente no mercado de

trabalho e desenvolver competências complementares críticas para aqueles que já estão empregados. O relatório do WEF mostra que as competências mais demandadas por empresários em todo o mundo hoje são voltadas para habilidades analíticas, criativas e ligadas à autoeficiência, como resiliência, agilidade e motivação. Olhando para competências almeçadas no futuro, ganham relevância significativa habilidades de manipulação e uso de inteligência artificial e *big data*, e as voltadas à liderança e à influência social.

As mudanças organizacionais e tecnológicas transformam a indústria e requerem dos trabalhadores o desenvolvimento de novas competências nas mais diversas dimensões. Somado a isso, ainda é preciso encarar os gargalos da formação profissional e a necessidade de formar trabalhadores que, muitas vezes, carecem de proficiência em conhecimentos de educação básica e isso, por sua vez, impacta negativamente o desempenho das atividades laborais. Vale notar que o aprendizado contínuo depende de uma educação básica capaz de emancipar os trabalhadores em suas atividades laborais e de aprendizado voltadas a atender às demandas dinâmicas do mercado de trabalho.

Em suma, a estratégia para suprir a demanda por profissionais qualificados deve estar pautada em três pilares fundamentais: uma educação básica ampla e de qualidade, uma formação profissional aderente à demanda dos empregadores e o aprendizado contínuo. Ou seja, a educação para a inserção no mercado de trabalho é apenas o primeiro passo da formação profissional, que deverá ser seguida por sucessivas iniciativas de atualização e aperfeiçoamento da força de trabalho até o fim de sua trajetória laboral. 🍷

5. Segundo dados administrativos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2021.

6. Dados do estudo do Observatório Nacional da Indústria da CNI. Resultados gerais para o período de 2022-2025 estão disponíveis em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/trabalho/mapa-do-trabalho-2022-2025/>.

A portrait of Rodolfo Guttilla, a middle-aged man with grey hair, smiling slightly. He is wearing a dark blue blazer over a patterned button-down shirt. The background is a plain, light grey wall.

Rodolfo Guttilla

ESG: MODISMO OU UM NOVO CONCEITO?

A pergunta dá a tônica desta entrevista com Rodolfo Guttilla, sócio cofundador da Cause, consultoria especializada na gestão de causas. Jornalista, cientista social e mestre em antropologia, é autor do livro “Como implementar uma estratégia ESG: do propósito à ação”. Ele analisa o percurso da agenda socioambiental até o que hoje chamamos de ESG, termo que ganhou fama e se tornou presente em boa parte das publicações, eventos, artigos e debates sobre a gestão sustentável nas empresas.

A sigla em inglês que sintetiza os princípios ambiental, social e de governança não é sinônimo de sustentabilidade, alerta Guttilla, embora sejam conceitos afins. O novo termo dá ênfase para o posicionamento frente aos investidores e acionistas, mas também aumenta o compromisso entre discurso e prática. Na conversa, o especialista ainda indica caminhos para empresas que pretendem avançar nessa jornada.

Responsabilidade social corporativa, sustentabilidade empresarial e agora ESG: o senhor pode explicar a evolução desses conceitos?

Tudo começa com uma agenda de filantropia no Brasil, muito ligada às igrejas, em particular a Católica. Desde os anos 1700, havia uma perspectiva de doação para determinados fins sociais, seja a construção de uma igreja para os pretos, seja a construção de uma Santa Casa de Misericórdia. Havia doação de roupas, cobertores, alimentos... Isso remonta a um passado relativamente distante.

A filantropia empresarial, por outro lado, é relativamente nova. Ela remonta ao final do século XIX, nos Estados Unidos. No Brasil, acontece mais a partir do século XX, quando as empresas começam a apoiar o que vou chamar de causas sociais, aquelas ligadas às demandas de seus funcionários, como as vilas operárias.

Algumas empresas perceberam que sua ação social tinha um impacto relevante e tiveram a sabedoria de se perguntar: “o que posso fazer de melhor para apoiar essa comunidade aqui?”.

Pode dar exemplos?

Uma dessas empresas foi a Natura, na qual tive o privilégio de participar da criação da área de responsabilidade social, nos anos de 1990. A Natura se perguntou quais seriam as principais demandas da comunidade onde estava sua fábrica, em Itapeverica da Serra (SP). Concluiu-se que educação fundamental era um aspecto crítico.

Reconhecendo não ter competência para discutir educação, a empresa buscou uma organização não governamental e criou um programa de formação continuada de professores e retenção de alunos. Esse foi um marco na história da ação social no Brasil – já não era mais filantropia.

Então a filantropia teria como característica a doação e não uma ação pensada, organizada e estruturada?

Isso mesmo. É nesse contexto de ação de impacto social que veio a grande sacada de uma certa inovação social, de uma certa tecnologia de impacto social, que consistiu em incluir representantes da escola e da Natura na organização do projeto.

Os anos 1990 foram um divisor de águas, lembrando que, nessa época, surgiu o Instituto Ethos, que cunhou o termo responsabilidade social corporativa.

Nesse momento, também surge outra organização, nos Estados Unidos, chamada *Global Reporting Initiative*, cuja missão é apoiar organizações na publicação de relatórios de sustentabilidade. Esta envolve o *triple bottom line* – o tripé social, ambiental e econômico.

Com a evolução da discussão socioambiental e tendo por inspiração a Rio-92, o empresariado mais contemporâneo adota o termo sustentabilidade, dando impulso para essa agenda com rituais de governança e indicadores de processo e de resultado.

Isso foi uma mudança muito importante porque as ações sociais e de compensação de impactos ambientais foram, digamos, coladas. Algumas empresas tiveram sucesso e são reconhecidamente sustentáveis.

Então, falamos da diferença da responsabilidade social para a sustentabilidade. No ESG, entrou um novo *player*, que é o mercado financeiro. Aquela turma que analisa riscos e oportunidades para as empresas e que nunca se interessou pelo assunto. Atualmente – e muito influenciado pela gestora de investimentos Black Rock – esse novo interlocutor entrou na festa.

O que provoca a virada de chave no mercado financeiro?

O mercado é implacável e o pragmatismo predomina. Passou-se a precificar as empresas que têm a gestão da sustentabilidade na sua estratégia de negócio. O mercado atribui valor porque sabe que a sustentabilidade mitiga os riscos do investimento.

Quais são os benefícios para empresas, meio ambiente e sociedade com a nova perspectiva ESG?

Quando o mercado precifica uma estratégia orientada por princípios ESG, promove ganhos para os acionistas. Traz ganhos também para a cadeia produtiva: fornecedores, comunidades, indústrias de transformação e de embalagens, transportadoras.

É importante pontuar que ESG não é um novo nome para sustentabilidade. Como diz o professor da FGV e querido amigo, Aron Belink, em um artigo, o propósito do ESG é “garantir a perpetuidade da empresa como instrumento de geração de valor para seus acionistas e investidores ou proprietários”. A sustentabilidade, por outro lado, é mais ampla: pretende que a atividade econômica preserve o meio ambiente e distribua riqueza pela sociedade, reduzindo as desigualdades e promovendo a inclusão.

O aspecto econômico da sustentabilidade é incorporado pela governança na perspectiva ESG?

O econômico entra no campo da governança e faz parte de um olhar mais transversal: está no social, no ambiental, na governança. A dimensão econômica não deixou de existir na visão ESG.

Quanto à governança, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa estabelece quatro princípios

//Entrevista

básicos: transparência, equidade, prestação de contas – ou *accountability* – e responsabilidade corporativa.

Entre o ambiental, o social e a governança, qual aspecto encontra-se mais avançado e mais atrasado na gestão das empresas brasileiras?

O social é o mais desafiador porque não existe uma metodologia para interpretar como uma empresa pode gerar impacto social fora de seus muros, ou seja, além de seus funcionários. E isso acontece no plano global. Voltando ao exemplo da Natura, ela criou um índice próprio de desenvolvimento humano de suas consultoras. Mas a maioria das organizações não sabe como fazer isso. Diferentemente, os indicadores, as ameaças e as soluções da agenda ambiental são muito claros e conhecidos.

Vi uma pesquisa feita recentemente pela PwC em que foram entrevistados 4,4 mil CEOs do setor de energia e serviços de utilidade pública em 100 países. Quando perguntados sobre as principais ameaças aos negócios nos próximos cinco anos, as respostas são mudanças climáticas, conflitos geopolíticos, instabilidade macroeconômica, riscos cibernéticos, inflação e risco sanitário – todos aparecem antes de desigualdade social, que é a última preocupação na lista. Por quê? Pragmatismo. Isso é revelador de uma elite que não entende que a desigualdade social é fator de crise ambiental. Que a desigualdade social é fator de instabilidade política. Que a desigualdade social é fator de crise nas indústrias, porque não vai ter gente qualificada.

Há indicadores comparáveis mundialmente para medir o desempenho ESG das empresas?

Existem várias iniciativas buscando criar modelos de avaliação e indicadores. É uma discussão antiquíssima, talvez de uns 20 anos. Hoje existem muitos selos certificados. Esses já são um importantíssimo primeiro passo para as organizações se alinharem aos princípios da sustentabilidade. Você tem o Índice de Carbono Eficiente, o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 no Brasil, uma série de certificações ISO para governança, meio ambiente e responsabilidade social. E existem esforços internacionais bastante avançados para buscar um consenso em torno do que seria um indicador ESG que sirva como régua comum para organizações de todos os setores.

A agenda ESG no Brasil está no mesmo patamar das empresas internacionais?

A agenda da sustentabilidade está avançada no Brasil. Uma pesquisa global divulgada em março do ano passado demonstrou que 50% dos líderes de alto escalão das

“Temos uma elite que não entende que a desigualdade social é fator de crise ambiental. Que a desigualdade social é fator de instabilidade política. Que a desigualdade social é fator de crise nas indústrias, porque não vai ter gente qualificada”

empresas brasileiras esperam que a sustentabilidade seja incorporada em toda estratégia de negócios nos próximos cinco anos. No mundo, apenas 39% dos CEOs tinham essa expectativa. Ao mesmo tempo, a pesquisa da PwC que mencionei aponta que 69% das empresas brasileiras já implementaram ou estão implementando iniciativas para reduzir suas emissões de gases do efeito estufa. É um número importante.

Como vê o movimento ESG na indústria de química fina?

Fui vice-presidente da Abihpec, a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos. Nesse setor específico, posso dizer que a indústria de química fina tem dado passos muito importantes na gestão ambiental nas últimas duas décadas. Vejo uma agenda ambiental bem mais estruturada. A governança também é bastante adequada. Já o social enfrenta o *gap* multissetorial sobre o qual comentei.

Quais oportunidades ainda podem ser aproveitadas?

Identificar oportunidades no campo social e levá-las para a cadeia de suprimentos. A indústria química depende de insumos que vêm de mineração, extratos vegetais e várias outras fontes. É preciso observar a qualidade das condições de trabalho, da remuneração dos trabalhadores, da igualdade de gênero. Sabemos que, em alguns países, essas questões não são adequadas.

Também sabemos que muitos insumos vêm de países onde existem governos autoritários e não democráticos. Compraremos desses países? Se não comprarmos, qual será o impacto na vida da população nesse lugar? Não existe resposta simples para problemas complexos. Então acho que o caminho é abrir a discussão. E trazê-la para a Diretoria, o Conselho de Administração, as associações de classe, o governo. Não podemos fingir que nada está acontecendo. Por serem problemas que extrapolam os muros de uma única empresa, é preciso somar forças para encontrar alternativas. 🌱

//Setorial Saúde

Fotos: Shutterstock



Setorial Saúde

POR UM MERCOSUL

MAIS ATUANTE E

FORTALECIDO

Criado em 1991 para favorecer a integração regional entre os quatro países fundadores – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – o Mercado Comum do Sul, mais conhecido como Mercosul, tornou-se uma união aduaneira de livre comércio entre as nações integrantes. Outro ponto relevante foi o estabelecimento de uma política comercial comum, com desdobramentos em diversos segmentos produtivos. No entanto, a recente pandemia de covid-19 evidenciou a necessidade de o bloco aumentar a união entre as nações, encontrando formas de maximizar suas potencialidades para enfrentar os desafios de uma economia globalizada.

Esse cenário também se aplica ao setor farmoquímico e farmacêutico. De acordo com o presidente da ABIFINA, Antonio Carlos Bezerra, já existe sinergia entre governo, empresas e academia, muito em função da existência do Mercosul, que proporciona espaços de diálogo entre os países. “Essa inclusive foi a motivação do encontro realizado no ano passado na Argentina”, explica. “A pandemia impôs uma atitude mais cooperativa aos países e empresas, a necessidade de diálogo ficou maior. Diante das dificuldades que vieram à tona com a covid-19, ficou clara a importância de se diminuir a vulnerabilidade do Complexo Econômico-Industrial de Saúde (CEIS). O primeiro passo consiste em respeitar as características de cada país. Para tal, é essencial elaborar um levantamento das capacidades públicas e privadas para se verificarem as condições de cada um e evitar duplicidades”.

Para o vice-presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Marco Krieger, reduzir a dependência externa do Mercosul de produtos estratégicos para a saúde é uma questão muito importante. Ele concorda que a pandemia ressaltou a necessidade de fortalecer a base de pesquisa e desenvolvimento nos países do bloco. “Pensando na redução da dependência externa de insumos para a saúde, o CAHECPR [Comitê Ad Hoc Para Promover a Expansão da Capacidade Produtiva Regional de Medicamentos, Imunizações e Tecnologias em Saúde] vem trabalhando em uma agenda que visa fortalecer as interações entre instituições de P&D [Pesquisa e Desenvolvimento] e produção dos quatro países. Um dos caminhos seria, inicialmente, a transferência de tecnologia entre os países e, em paralelo, discutir e formalizar parcerias internas visando ao desenvolvimento tecnológico”.

No entanto, os problemas decorrentes da covid-19 não se limitam ao abastecimento de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs). De acordo com o presidente do grupo FarmaBrasil, Reginaldo Braga Arcuri, os países do Mercosul também enfrentam problemas de acesso a bens intermediários e produtos acabados, por conta da



Foto: André Tales

“A pandemia impôs uma atitude mais cooperativa aos países e empresas, a necessidade de diálogo ficou maior”

**Antonio Carlos Bezerra,
presidente-executivo da ABIFINA**

proibição temporária de exportação de alguns insumos ordenada pela Índia, do fechamento de fábricas na China devido a questões ambientais ou decorrentes da pandemia, da diminuição do tráfego de carga aérea e da maior competição entre os demandantes pelo acesso a um suprimento escasso de bens essenciais para a produção de medicamentos. “A redução da dependência não é tarefa fácil. A participação do Mercosul nas importações brasileiras de medicamentos passou de 7% no ano 2000 para 3% em 2022 – para Índia e China, a participação



“A principal estratégia para elaborar uma lista de produtos de saúde estratégicos para a região será o levantamento das necessidades de cada um dos países”

Marco Krieger, vice-presidente da Fiocruz

pulou de 1% para 12%. O valor médio por quilograma líquido de medicamentos importados pelo Brasil de países do Mercosul é de US\$ 20,24; enquanto os importados de China e Índia é de US\$ 76,40. É necessário trabalhar com as associações nacionais que reúnem os principais laboratórios farmacêuticos e empresas farmoquímicas da região com o objetivo principal de fornecimento para a indústria do segmento em toda a América Latina. Esse projeto é estratégico para nossos países e suas políticas públicas de saúde e, por sua grande abrangência e complexidade, requer uma sólida e consistente política e articulação público-privada”.

A reunião durante a 10ª edição do Fórum Empresarial do Mercosul, em junho deste ano, na Argentina, registrou uma grande sinergia com os outros países integrantes do bloco, segundo o presidente da ABIFINA, que realçou a importância da ocasião para que fossem elaboradas recomendações aos ministros. “Ainda não sabemos o que prosperou”, comenta Bezerra, “mas nós, da ABIFINA, fizemos duas propostas, que foram contempladas no

documento. A primeira é sobre a questão da propriedade intelectual, que envolve o monitoramento das patentes farmoquímicas e farmacêuticas. Nós já possuímos competência para monitorar cerca de 3,4 mil patentes brasileiras. A ideia é juntar forças com estruturas de outros países e criar plataformas que proporcionem informações aos gestores do Mercosul, como a criação do Observatório para o Monitoramento de Pedidos de Patentes Farmacêuticas de Interesse dos Sistemas Nacionais de Saúde no âmbito do Mercosul”.

A segunda propõe a elaboração de uma lista de produtos importantes que possam contemplar as necessidades dos países, pois cada um tem suas condições específicas. Essa “cesta de IFAs estratégicos” deve servir de base para a atuação conjunta dos países do bloco. “Não sabemos ainda se as necessidades dos outros países do Mercosul são as mesmas do Brasil. No entanto, considerando que estamos no mesmo continente e temos populações com origens parecidas, não devem ser tão diferentes. Devemos fazer várias reuniões para entender o que existe e o que é preciso, até para que não haja fabricação em duplicidade. Temos que estimular a cooperação entre os institutos de pesquisa, buscando sinergias e aproveitando o trabalho já existente. Por fim, criar uma política de aquisição entre os países do bloco. Afinal, é necessário muito tempo e investimento para construir uma fábrica, produzir um IFA e, depois, o medicamento, e os recursos devem ser otimizados”, afirma Bezerra.

Marco Krieger concorda: “A principal estratégia para elaborar uma lista de produtos de saúde estratégicos para a região será o levantamento das necessidades de saúde pública de cada um dos países do bloco – medicamentos, vacinas, soros, kits diagnóstico etc. Posteriormente essas listas serão avaliadas pelo CAHECPR, utilizando critérios que considerem demanda de saúde pública, carga de doenças, tecnologia envolvida e demandas que sejam comuns aos países”.

Ele considera viável que os ministros da saúde dos países do Mercosul aceitem as recomendações formuladas pelo comitê no documento, incluindo a elaboração de um mapa das capacidades públicas e privadas no âmbito do bloco, visando avaliar as complementaridades na produção de IFAs, produtos biológicos, vacinas e medicamentos inovadores. “A constituição do CAHECPR foi aprovada pelos ministros em 2021 e o comitê é formado por integrantes dos ministérios da saúde de cada país. Contudo, caberá aos ministros deliberarem os meios e as prioridades para implementações das ações recomendadas”, avalia. O presidente da ABIFINA acredita que todas as sugestões são relevantes. “Não há

Documento de recomendações para o Mercosul

Durante a primeira quinzena de junho de 2023, foram realizados dois encontros com atores públicos e privados protagonistas dos dois eixos selecionados para atuação no 10º Fórum Empresarial do Mercosul:

- 1) Bens Estratégicos Sanitários (medicamentos, IFAs, produtos biológicos, vacinas, kits de diagnóstico e equipamentos);
- 2) Novas tecnologias para gestão em saúde.

Ao mesmo tempo, foram especificados os aspectos relacionados à regulamentação e à propriedade intelectual, além do papel de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em ambos os eixos.

RECOMENDAÇÕES DO EIXO BENS ESTRATÉGICOS SANITÁRIOS

- » Preparar um mapa das capacidades públicas e privadas no âmbito do Mercosul em questões-chave, a fim de avaliar as seguintes complementaridades:
 - » Produção de IFAS;
 - » Produção de itens biológicos e vacinas;
 - » Produção de medicamentos inovadores (incrementais e radicais).
- » Desenhar um roteiro no âmbito do Mercosul para definir, respeitadas as características locais, a produção regional de alguns IFAs e biossimilares estratégicos com a participação de câmaras empresariais, ministérios da saúde, ministérios do desenvolvimento, indústria e comércio, ministérios da ciência e tecnologia e laboratórios públicos, estabelecendo, tal como foi feito com a pandemia, uma lista de produtos estratégicos;
- » Coordenar um programa de políticas industriais em âmbito regional, com base nas capacidades regionais identificadas que permitam melhorar os níveis de produção local de produtos estratégicos;
- » Avançar na harmonização regulatória para melhorar o comércio e a autossuficiência regional. Entre outras ações: padronização da rotulagem homogeneizada de medicamentos, regulamentação de BPF, implementação da substituição de instruções de papel por digitais e ajustes no controle de importação, priorizando a entrada com as mesmas condições de produtos sensíveis;
- » Ampliar o registro de biossimilares (aproximado ao modelo coreano) e definir de forma inequívoca o que é um biossimilar, para alcançar maior convergência entre os países;
- » Desenhar e implementar no âmbito do Mercosul um ambicioso programa de apoio a P&D para projetos público-privados e/ou apenas privados para o desenvolvimento local de medicamentos com a participação de centros de P&D e/ou universidades e/ou laboratórios públicos e/ou empresas de capital nacionais. Paralelamente, gerar mecanismos acordados de avaliação, regulação e registro dos possíveis produtos que surjam desses projetos;
- » Priorizar a avaliação regulatória de inovações e vacinas fabricadas por indústrias de diferentes estados-membros do Mercosul;
- » Estabelecer uma posição comum para negociação do Mercosul em bloco para acesso a insumos, transferência de tecnologia e questões relacionadas às regras de propriedade intelectual;
- » Criar um programa regional de formação e retenção de especialistas que atuam em órgãos reguladores;
- » Criar um Observatório de Boas Práticas Regulatórias;
- » Criar um Observatório de Gestão de Práticas de Propriedade Intelectual;
- » Elaborar documento (certificado) de convergência regulatória para determinar a equivalência em requisitos gerais para autorizações sanitárias de medicamentos e vacinas.

RECOMENDAÇÕES PARA O EIXO NOVAS TECNOLOGIAS PARA GESTÃO EM SAÚDE

- » Organização de mesa de diálogo do Mercosul sobre Novas Tecnologias em Saúde, com participação público-privada, incluindo ministérios da saúde, áreas de inovação ou modernização, câmaras ou polos dedicados a software e novas tecnologias.

uma mais ou outra menos importante. Precisamos é de articulação entre vários atores, como os ministérios de ciência e tecnologia e os de desenvolvimento industrial e as áreas de regulatório, como a Anvisa. São estruturas necessárias para levar a cabo uma política dessa envergadura. Como se trata de ações que levarão a uma diminuição da nossa dependência sanitária, devem ser bem recebidas”.

Apesar de criado há mais de três décadas, o Mercosul ainda está longe de ter cumpridos todos os seus objetivos. As trocas comerciais comprovam que ainda há muito caminho pela frente – não é fácil, por exemplo, achar produtos argentinos nas prateleiras dos mercados brasileiros. Portanto, é normal encontrar dificuldades de integração das empresas brasileiras com as dos outros países do bloco, assim como entre os sistemas de saúde, por mais que seja necessário promover a convergência entre os parques industriais e as políticas públicas dos integrantes do bloco.

O presidente do grupo FarmaBrasil explica que, embora as indústrias farmacêuticas dos países integrantes do Mercosul estejam em diferentes estágios de desenvolvimento, já existe parceria entre companhias brasileiras e das outras nações. “A convergência de políticas públicas exige, como primeiro passo, a identificação, por parte dos respectivos governos locais, das características de cada mercado, tanto do ponto de vista da oferta quanto da demanda de medicamentos e dos sistemas de saúde público e privado. Esse diagnóstico pode ser o ponto de partida para a elaboração de políticas públicas comuns, com a definição de prioridades, troca de experiências e até mesmo eventual transferência de tecnologias entre farmacêuticas públicas. Já em relação aos parques industriais, essa convergência pode se dar por meio de parcerias e aprofundamento das parceiras já existentes. A política industrial por missões, como vem sendo discutido no Brasil e na Argentina, pode ser um caminho para os demais países integrantes do Mercosul”.

Arcuri ressalta, no entanto, que são necessárias medidas para incentivar a inovação e o investimento. “A área tecnológica de alto risco, na qual o setor farmacêutico se insere, demanda, como nos países mais avançados, uma política de P&D e industrial que leve em conta a relação universidade/indústria/ governo, o financiamento, a regulação sanitária e o total apoio das autoridades para minimizar o risco inerente ao processo. Nesse sentido é preciso assegurar a suficiência e a perenidade dos programas e formas de financiamento à inovação como políticas de Estado, garantindo previsibilidade e segurança jurídica”.

A identificação das capacidades de cada país, de forma a entender as distintas capacidades produtivas públicas e privadas, é essencial. “Dentro do Mercosul, o Brasil conta com o maior parque industrial, tanto para a produção de IFAs quanto para medicamentos. Por outro lado, a Argentina tem um trabalho forte na área de biotecnologia. Ou seja, há complementaridades. Precisamos de políticas de aquisição que nos façam, por exemplo, comprar da Argentina e não da Ásia. Hoje, ainda adquirimos pouco dos nossos vizinhos, mesmo que a comercialização intrabloco seja um dos alicerces do Mercosul. Comprar aqui incrementará a segurança sanitária de todos nós”, argumenta Antonio Bezerra.

Unido, o Mercosul poderia negociar melhores condições de acesso a insumos, transferência de tecnologia e propriedade intelectual, incrementando sua capacidade competitiva na cadeia produtiva global. A região pode participar como codesenvolvedora de novos produtos utilizando redes. Um exemplo, segundo Arcuri, foi a chamada para a constituição de uma plataforma regional para o desenvolvimento de

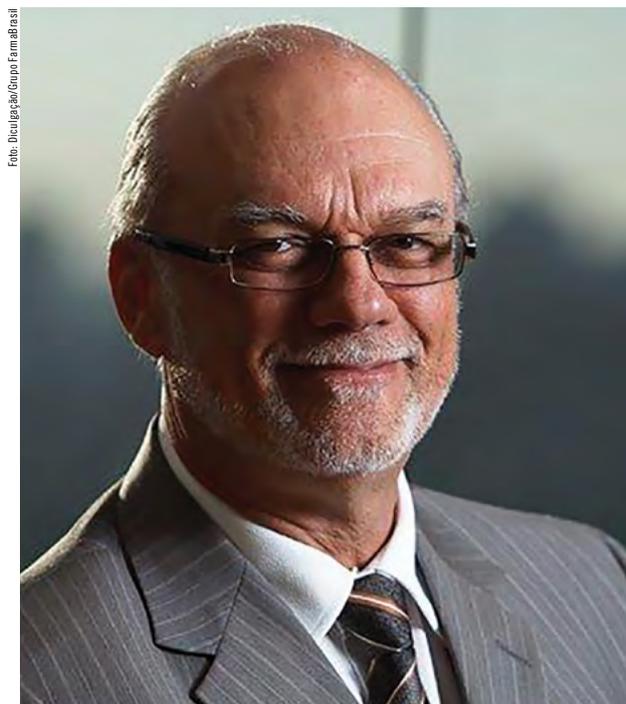


Foto: Divulgação/Grupo FarmaBrasil

“É preciso assegurar a perenidade dos programas e formas de financiamento à inovação como políticas de Estado, garantindo previsibilidade e segurança jurídica”

**Reginaldo Braga Arcuri,
presidente do grupo FarmaBrasil**

vacinas baseadas em mRNA, lançada pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) em 2021. Com base na experiência acumulada, foram selecionados o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos) da Fiocruz, no Brasil, e Sinergium Biotech na Argentina.

“Outro ponto fundamental é combater os mecanismos judiciais de compensação por prazo adicional de patente e acordos que tragam medidas TRIPS-plus que avancem normativamente no sentido de aumentar as proteções e a privatização do conhecimento. Essas ações do atual sistema de propriedade industrial poderiam sufocar irreversivelmente a mudança no nível tecnológico de inovação desses países e retardar a plena utilização dos recursos disponibilizados pelo processo de inovação, prejudicando o desenvolvimento desta, a economia e o impacto no acesso a medicamentos pela população”, pontua.

O presidente do grupo FarmaBrasil considera que a indústria farmacêutica latino-americana é um eixo essencial de desenvolvimento, não apenas por seu potencial econômico, mas também como garantia de acesso da população a medicamentos de qualidade. Ele menciona o bom desempenho do bloco, apontado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), que destaca que o Mercosul experimentou uma recuperação da atividade econômica de 5,8% em 2021, graças a uma bem-sucedida campanha de vacinação que permitiu manter níveis de atividade superiores aos do ano anterior. Já as exportações do bloco aumentaram 35,6% em 2021 e superaram em mais de 20% o nível de 2019, impulsionadas pelo salto nos preços das matérias-primas. O valor das importações também cresceu significativamente e superou os níveis de 2020 em 40%, impulsionado pela recuperação da atividade econômica dos países do bloco e pela compra de suprimentos médicos para combater a pandemia, que elevaram o volume das compras externas em 23,2% no ano.

“Na área de saúde, ainda dependemos muito de importações. No Brasil, assim como no Mercosul, a balança comercial de medicamentos apresenta déficits crescentes alcançando US\$ 8,7 bilhões em 2022, sendo que US\$ 2,6 bilhões foram de importações de medicamentos prontos para venda e US\$ 2,3 bilhões referentes a produtos biológicos como vacinas, hemoderivados e biotecnológicos. A especialização primária dos países do bloco limita nossa dinâmica exportadora e nosso crescimento no médio e longo prazo. É essencial uma redefinição da estratégia exportadora do Mercosul que promova uma produção e vendas externas mais diversas e de bens e serviços mais complexos, com maior valor agregado”, conclui. 

Libbs

A CONSTRUÇÃO DE UMA PLATAFORMA TECNOLÓGICA

O Projeto de Biotecnologia¹ da Libbs foi idealizado considerando a construção de uma plataforma tecnológica. Inicialmente, com o desenvolvimento de produtos biossimilares por meio da transferência de tecnologia. Depois, com o conhecimento internalizado, desenvolvimento e lançamento de moléculas inovadoras.

“Faz parte de nossa estratégia investir em P&D”, explica a gerente de Biotecnologia na Libbs Farmacêutica, Monique Mantovani. “Dessa forma, em 2014 iniciamos a construção da nossa Biotec, com mais de 7 mil m² para produção de anticorpos monoclonais. Ela foi inaugurada em 2016 e em 2019 obtivemos o registro na Anvisa [Agência Nacional de Vigilância Sanitária] do nosso primeiro anticorpo monoclonal totalmente produzido no país, o Vivaxxia (rituximabe), utilizado para tratamento de linfoma não Hodgkin. Seguindo o projeto de biotecnologia, esse anticorpo monoclonal foi fruto de uma parceria de transferência de tecnologia”, conta.

A transferência de tecnologia não proporciona somente a independência da empresa e da nação. Também amplia o acesso da população a tratamentos mais modernos, além de desenvolver e capacitar recursos humanos e promover o aumento de oportunidades de emprego para profissionais de P&D que desejam migrar da área acadêmica para

a indústria. “Por isso, acredito que esse modelo de entrada no setor de medicamentos biotecnológicos é muito promissor e pode nos impulsionar a enfrentar o enorme desafio técnico, científico e financeiro que esse tipo de projeto acarreta. Durante a trajetória da primeira transferência de tecnologia, tivemos desafios desde a contratação de recursos humanos para compor um time de especialistas em biotecnologia até a obtenção do registro do nosso primeiro anticorpo monoclonal”, explica.

A estratégia de captação de recursos humanos consistiu em buscar nas universidades mestres e doutores que já tinham *background* técnico, mas que nunca tinham trabalhado com produção de anticorpos monoclonais em escala industrial e em ambiente altamente regulado, seguindo as normas de boas práticas de fabricação da Anvisa. Para capacitar o time, foi necessária a realização de vários treinamentos práticos no parceiro de transferência de tecnologia e a fabricação de lotes de engenharia para ajuste de parâmetros do bioprocessamento, que serviram para o aprendizado “mão na massa” do time e para a startup da planta Biotec.

“Desde o recrutamento das pessoas para o estudo clínico fase III até a obtenção do registro do primeiro mAb [anticorpo monoclonal] foram cinco anos de muito trabalho, que resultaram em um vasto conhecimento internalizado e em uma segunda transferência de tecnologia, dessa vez mais rápida: para o repasse do primeiro mAb, fabricamos quatro lotes de engenharia e para o segundo mAb – Elovie (bevacizumabe) – apenas um”. Monique Mantovani destaca que tanto o Elovie, lançado em agosto deste ano, quanto o Vivaxxia (rituximabe)² contaram com recrutamento de pacientes brasileiros no estudo clínico multicêntrico de fase III, o que favoreceu o fortalecimento do conceito de biossimilar no Brasil.

A Libbs deu início então à construção, em Embu das Artes, de uma planta piloto multipropósito, que será inaugurada no primeiro semestre de 2024. Com essa planta, a empresa estará apta a trabalhar desde o desenvolvimento em uma escala de bancada até a produção de lotes em escala piloto para uso em estudos pré-clínicos e clínicos.

O projeto de toda a infraestrutura e equipamentos foi pensado para dar maior flexibilidade à Planta Piloto Multipropósito para, com isso, trabalhar com diferentes tecnologias. O objetivo é que a planta



Foto: Arquivo pessoal

“Acredito que esse modelo de entrada no setor de medicamentos biotecnológicos é muito promissor”

Monique Mantovani, gerente de Biotecnologia na Libbs Farmacêutica

seja utilizada pela empresa para melhoria dos processos e produtos e, também, no desenvolvimento de novos produtos em parceria com universidades, institutos de pesquisa e startups. “Com a Planta Piloto Multipropósito, estaremos aptos a atuar como prestadores de serviços para escalonamento de bioprocessos e produção de lotes para estudos pré-clínicos e clínicos em condições de boas práticas de fabricação, que é um nicho de serviço ainda pouco explorado no país. Com essas iniciativas esperamos ajudar o Brasil na longa estrada de internalizar conhecimento com capacidade de desenvolver e produzir medicamentos de alta complexidade e qualidade”.

Notas:

1. Para execução do Projeto de Biotecnologia, a Libbs obteve recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

2. Além do Vivaxxia (rituximabe) e do Elovie (bevacizumabe), a Libbs comercializa, desde 2018, o biossimilar Zedora (trastuzumabe).



Denise Mazzaro Naranjo e Fernanda Costa

Denise Mazzaro Naranjo é consultora em Comércio Exterior. Fernanda Costa é especialista em Comércio Exterior e Cadeia Química da ABIFINA.

O COMÉRCIO EXTERIOR E O NOVO GOVERNO

O ano de 2023 se iniciou com muitas mudanças na estrutura do Poder Executivo, o que é natural e esperado diante de um novo governo. E para o comércio exterior e a indústria não seria diferente. Imprescindível para o crescimento sustentável do País, a agenda de assuntos de comércio exterior vem se mostrando, ao mesmo tempo, desafiadora e com muitas oportunidades.

A INDÚSTRIA COMO PROTAGONISTA

No primeiro trimestre, foi recriado o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), permitindo a retomada do diálogo do setor industrial com o Governo Federal para a construção de uma política comercial plena e moderna, além da possibilidade de voltar a ser prioridade quando se fala de inovação, desenvolvimento e internacionalização.

O ministério recriado resgata áreas de competência relevantes, como a política de desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços; a propriedade intelectual e a transferência de tecnologia; a metrologia, a normalização e a qualidade industrial; as políticas de comércio exterior e as negociações internacionais; e a aplicação dos mecanismos de defesa comercial. Traz também uma importante novidade: a inserção do tema de desenvolvimento da economia verde, da descarbonização e da bioeconomia, que está em linha com o programa de neointustrialização do governo.

AS PRINCIPAIS AÇÕES PARA O COMÉRCIO EXTERIOR

Ao longo dos primeiros oito meses de trabalho, o governo publicou medidas importantes para o comércio exterior, como as atualizações do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), que

trouxe a nova modalidade para obtenção das licenças ou autorizações de exportação ou importação.

Também foi publicada pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex/MDIC) a Portaria Secex nº 249/2023, que alterou diversos procedimentos e medidas dos órgãos anuentes relacionados ao rol de tratamentos administrativos das importações, além de informações sobre as emissões de provas de origem.

Cabe também mencionar duas medidas importantes recentemente apresentadas pela Receita Federal (RFB): a regulamentação do Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (Programa OEA), regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 2154/2023, e o estabelecimento dos novos requisitos do Programa, por meio da Portaria Coana/RFB 133/202. A nova estrutura normativa e de requisitos traz um alinhamento do Programa OEA às melhores práticas internacionais, visando garantir maior atratividade tanto para empresas quanto para mercados.

Mais recentemente, pode-se destacar o novo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em agosto de 2023, e que traz como principal ação o Portal Único do Comércio Exterior, coordenado pela Secex e pela Secretaria Especial da Receita Federal. O Portal Único tem como objetivo tornar os processos de comércio exterior mais eficientes, transparentes e harmonizados, por intermédio da criação de um guichê

Fotos: Dhuilge/ab

único para centralizar a interação entre o governo e os operadores privados atuantes no comércio exterior.

Entre as novidades implementadas no Portal, está o Controle de Carga e Trânsito (CCT), permitindo que o trâmite das cargas aéreas internacionais passe a ocorrer completamente por documentos digitais. Outra medida recente é a instituição da Licença Flex, que simplificou a rotina e reduziu custos das empresas que precisam de anuência (autorização) para comercializar com outros países.

A AGENDA INTERNACIONAL DO MERCOSUL

Em julho de 2023, durante a 62ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, o Brasil sucedeu a Argentina e assumiu a presidência pro tempore do Mercosul.

Na ocasião, após quatro anos de negociação, o novo Regime de Origem do Mercosul (ROM) foi aprovado. O novo texto, que ainda será apreciado na Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e posteriormente internalizado pelos Estados partes, buscou adotar as melhores práticas internacionais, simplificar as normas atuais e tornar mais ágil o mecanismo de verificação e controle de origem.

Entre as mudanças no ROM está o aumento em 5% no limite de insumos importados em um produto com origem brasileira. Com isso, para que possa ser considerada nacional, uma mercadoria pode ter no máximo 45% da matéria-prima comprada de um país fora do Mercosul. Essa flexibilização vale para 100% dos produtos industriais do Brasil e da Argentina. Outra flexibilização foi a que permite que as empresas exportadoras possam fazer a autodeclaração de origem, dispensando a necessidade do Certificado de Origem emitido por entidades habilitadas.

COMPRAS GOVERNAMENTAIS NOS ACORDOS INTERNACIONAIS

O tema de compras governamentais vem sendo amplamente discutido e inserido nas negociações dos acordos internacionais do Brasil e do Mercosul. O próprio Mercosul possui um Protocolo de Contratações Públicas, que está em fase de internalização pelo Brasil.

Embora concluído em junho de 2019, o Acordo Mercosul-União Europeia vem enfrentando adversidades para sua implementação. Recentemente, a União Europeia enviou ao Mercosul um documento chamado *side letter*, com exigências adicionais ao Mercosul na área de proteção ambiental. Em contrapartida, o

governo brasileiro apresentou demandas em questões como compras governamentais.

O capítulo de compras governamentais negociado no acordo atinge diversos setores, ministérios, agências e entidades do governo. Entretanto, para os setores farmoquímico e farmacêutico, o texto coloca o Brasil e sua indústria em desvantagem. Embora compras relacionadas às parcerias tecnológicas público-privadas envolvendo produtos e insumos do rol estratégico do Sistema Único de Saúde (SUS) estejam excluídas do acordo, todas as demais compras consideradas não-estratégicas estão contempladas, como as dos Componentes Básico e Especializado da Assistência Farmacêutica, inclusive o programa Farmácia Popular. A abertura do mercado nacional a produtores externos através das compras públicas impacta negativamente as políticas industriais do setor em desenvolvimento, pois a produção nacional que é ofertada ao setor público passará a competir com a entrada de produtos internacionais, em muitos casos muito mais competitivos.

Por se tratar de um acordo pré-finalizado, pode existir uma grande dificuldade em revisar e renegociar o capítulo de compras governamentais com a União Europeia, além do desgaste político e a possibilidade de arrastar as discussões por muito mais tempo.

Entretanto o tema não se restringiu às negociações bilaterais. Em maio de 2020, o Brasil deu início ao processo de acessão ao Acordo de Compras Governamentais (ACG), um acordo plurilateral da Organização Mundial do Comércio (OMC), e apresentou sua oferta inicial de acesso a mercados em fevereiro de 2021.

Tal oferta, considerada pelo governo brasileiro na época como “ambiciosa”, trouxe uma grande preocupação: a abertura do mercado de compras públicas a países extremamente competitivos, como EUA, União Europeia, Canadá, entre outros, o que poderia afetar diretamente diversas políticas industriais em andamento.

Com a mudança do cenário político, em maio de 2023 o governo brasileiro comunicou a decisão de retirar a oferta de acesso a mercados apresentada pelo País.

CONCLUSÃO

Ainda que tenhamos tido avanços no campo do comércio exterior, é imperativo para a indústria de química fina que o governo brasileiro tenha um olhar de internacionalização, permitindo não somente o avanço das exportações, mas que esse avanço esteja alinhado com o desenvolvimento da indústria nacional e a melhoria da competitividade. 

**Great
Place
To
Work.®**

Certificada

Jun/2023 - Jun/2024

BRASIL™

Reimaginar a agricultura
brasileira é estar **entre**
as melhores pelo
2º ano consecutivo.

*Ourofino
Agrociência
a gente
reimagina e*

faz!



ourofinoagro.com.br

Matéria Política

O FUTURO JÁ É REALIDADE

NA QUÍMICA FINA BRASILEIRA

Investir em sustentabilidade no mundo atual não é apenas uma questão de relevância, mas sim de sobrevivência. Prova disso é que, além das mudanças de práticas nas empresas e nos governos, os valores destinados a agendas sustentáveis no mundo inteiro ultrapassam a marca do trilhão de dólares, destacando o tripé ambiental, social e de governança (ESG, na sigla em inglês). Essa é a resposta aos desafios climáticos, socioeconômicos e de saúde (vide a pandemia da covid-19) que ameaçam o futuro da humanidade e do planeta.

No Brasil, que está implementando uma nova política industrial com foco na economia verde, outra boa notícia é que a temática ESG já se tornou realidade na indústria de química fina. Isso contribui, inclusive, para a internacionalização das empresas, visto que compromissos ESG são essenciais para corporações que buscam expandir-se e ganhar novos mercados, diante de uma sociedade cada vez mais exigente. Foi o que se evidenciou no webinar ABIFINA “Práticas ESG na química fina: impulsionando a sustentabilidade e a inovação”, realizado no dia 07 de agosto.

“O segmento da biodiversidade sempre foi um dos pilares da nossa instituição. É tudo muito recente quando se fala de ESG, mas a ABIFINA já tem um papel tradicional nesse campo, em consonância com os nossos princípios ambientais, de governança e os marcos sociais”, afirmou Antônio Carlos Bezerra, presidente-executivo da ABIFINA, destacando a participação nas conferências Eco-92 e Rio+20; na construção do marco legal de acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado; e em fóruns temáticos do Governo Federal e do Senado, além do apoio ao projeto do portal Indústria Verde, da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL

Em artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo, no dia 25 de maio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, destacam a importância de recuperar o setor industrial brasileiro, que teve reduzida sua participação no PIB nacional. Como consequência, o Brasil caiu, nas últimas décadas, da 25ª para o redor da 50ª posição no ranking dos países em termos de complexidade da economia, com perdas de emprego e renda.

Diante disso, Lula e Alckmin ressaltam a necessidade de promover uma política industrial baseada nos setores em que o Brasil já possui know-how, nos que podem gerar maior valor adicionado e onde o País tem mais capacidade de ser competitivo.

Nesse contexto, a química fina se destaca ao perpassar diversos campos estratégicos da política industrial, como o complexo da saúde, no qual a importância da cadeia produtiva nacional se tornou ainda maior com a escassez de insumos gerada pela pandemia; a agroindústria, setor de alta competitividade e com imenso potencial; e a própria economia verde, que se sobressai em um país rico em biodiversidade e energia limpa como o Brasil.

No webinar, a nova Política de Desenvolvimento Industrial foi abordada em mais detalhes. Cleila Guimarães Pimenta

Foto: Divulgação



“Estamos numa conjuntura geopolítica tão complexa, de pós-pandemia, mas apesar de tudo isso vejo muitas oportunidades, principalmente para a indústria da química fina. Praticamente todas as missões têm relação com a cadeia de química fina porque a química está em tudo”

Cleila Pimenta, diretora de Bioindústrias e Insumos Estratégicos do MDIC

Bosio, diretora de Bioindústrias e Insumos Estratégicos da Saúde, da Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústrias do MDIC, apontou o papel central do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), reestruturado pelo Decreto nº 11.482/2023, na governança do processo.

Constituído por um fórum de debate político, outro para discussões técnicas e grupos de trabalho temáticos, reunindo sociedade civil e governo, o CNDI já possui orientações para as novas ações da política industrial, por meio da Resolução CNDI nº 01/2023. Entre os princípios da política, estão a inclusão socioeconômica; o desenvolvimento produtivo/tecnológico e a inovação; o incremento da produtividade e da competitividade; a redução das desigualdades regionais; a sustentabilidade; e a inserção internacional qualificada.



“O secretário geral da ONU disse que o mundo está em ebulição. Os países estão concorrendo entre si para ter a capacidade tecnológica de viver nesse novo cenário de mudanças climáticas. Precisamos encontrar um caminho para o crescimento da economia, para que nossos filhos tenham oportunidades de emprego e renda como nós temos”

Carlos Mussi, diretor da CEPAL no Brasil

MISSÕES PARA O DESENVOLVIMENTO

A nova política está estruturada em missões, que são problemas a serem resolvidos. Para isso, o Governo fará uso estratégico de instrumentos como o poder de compra do Estado, subvenções econômicas, investimentos, qualificação do capital humano e política regulatória, entre outros. Os próximos meses serão voltados à discussão de atividades e metas, incluindo encontros com representantes da sociedade civil, para aprovar a proposta de política até o início de dezembro no CNDI e apresentá-la à Presidência da República.

As missões estão voltadas para a promoção dos seguintes objetivos: cadeias agroindustriais sustentáveis; Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) resiliente

para robustecer o Sistema Único de Saúde (SUS) e ampliar o acesso à saúde; infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis; transformação digital da indústria para ampliar a produtividade; bioeconomia, descarbonização e transição energética; e tecnologias de interesse para a soberania e a defesa nacionais.

Na missão relativa ao complexo da saúde, os objetivos centrais envolvem o fortalecimento da indústria nacional para reduzir a dependência externa e o reforço nas ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação no setor, bem como o estímulo às cadeias produtivas que realizam uso sustentável da biodiversidade.

Nesse sentido, Cleila Pimenta informou que o Governo Federal está trabalhando em propostas como o uso de selos verdes nas compras públicas sustentáveis, a criação de um observatório da bioindústria, a ampliação das exportações de insumos de saúde para o sistema das Nações Unidas (ONU) e a definição de padrões e metodologias analíticas de plantas medicinais e fitoterápicos.

“Estamos numa conjuntura geopolítica tão complexa, de pós-pandemia, mas apesar de tudo isso vejo muitas oportunidades, principalmente para a indústria da química fina”, afirmou Pimenta, que acrescentou: “Praticamente todas as missões têm relação com a cadeia de química fina porque a química está em tudo”.

De acordo com Cleila Pimenta, os aspectos ESG já estão amplamente presentes na indústria de química fina brasileira, embora existam questões que podem ser aprimoradas, como o aumento na presença de lideranças femininas. Além disso, a representante do MDIC pontuou que as ações já realizadas pela indústria nessa temática devem ser divulgadas, pois constituem um diferencial competitivo num mundo que valoriza cada vez mais essa agenda.

“É preciso mostrar os benefícios existentes ao aplicar políticas de ESG. Esse é um grande esforço que as indústrias fazem e, portanto, merece ser reconhecido”, destacou Pimenta.

SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS

Ao observar o cenário global, os esforços seguem na mesma direção, com uma multiplicidade de ações e investimentos para alcançar um objetivo ambicioso: transformar as economias e as sociedades com foco na sustentabilidade, conforme abordado por Carlos Mussi, diretor da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) no Brasil.

Nos últimos anos, ainda mais no pós-pandemia, as estratégias nacionais de desenvolvimento aprofundaram a aderência à temática ESG. Nesse contexto, os números

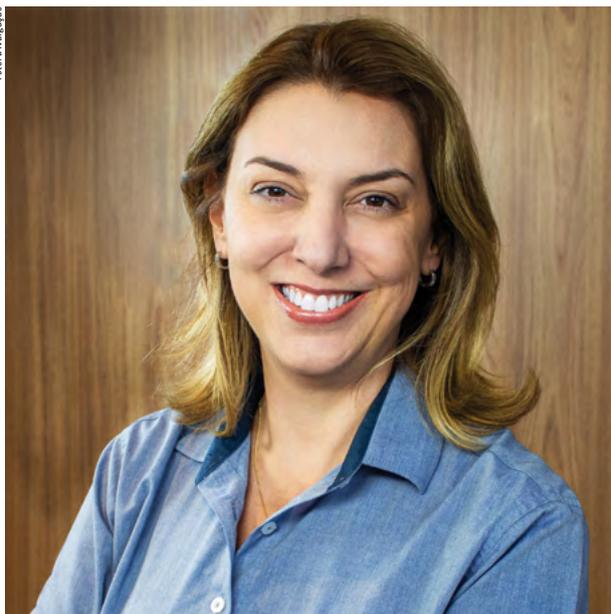
são significativos: nos Estados Unidos, por exemplo, as políticas *Inflation Reduction Act*, com 369 bilhões de dólares, e *Infrastructure Investment and Jobs Act*, com 1,2 trilhão de dólares, possuem ações destacadas em quase todos os setores ambientalmente relevantes.

Por sua vez, na União Europeia, foi aprovado o *Nova Geração UE*, que é um pacote de recuperação de 806,9 bilhões de euros destinado a promover a sustentabilidade na agricultura, financiar energias renováveis e apoiar a venda de veículos elétricos. Já a China anunciou que alcançará a neutralidade de carbono até 2060.

Em países como o Canadá e a França, a sustentabilidade também está fortemente vinculada à governança, já que financiamentos emergenciais e resgates a empresas estão condicionados a compromissos ambientais. Reunindo os pilares da temática ESG, o Paquistão criou o Programa Tsunami de 10 Bilhões de Árvores, que está empregando trabalhadores que perderam seus empregos durante a pandemia para plantar árvores.

“Estamos nessa corrida para a sustentabilidade do mundo, pois os modelos que temos hoje são insustentáveis”, afirmou Mussi. Nesse contexto, o representante da CEPAL ressaltou o potencial da política climática como indutora do crescimento, o que envolve aspectos como eficiência produtiva, inclusão social e governança ambiental.

Foto: Divulgação



“Através de indicadores, entendemos os nossos desafios, identificamos as grandes oportunidades e visamos ter impacto positivo na sociedade e no ambiente em que atuamos”

Luciana Lourenço, diretora de Gestão de Pessoas e Performance Social da Ourofino Agrociência

“Insisto muito na palavra governança, pois não é uma questão só de limitar a utilização ou proteger os recursos naturais. Podemos ter esses componentes, mas dentro de um aspecto de governança. Ou seja, precisamos usar tais recursos, temos que ser capazes de gerenciá-los e saber quem toma as decisões sobre eles”, pontuou Mussi.

Esse é mais um desafio que se soma à “cascata de crises” da atualidade, como definiu o representante da CEPAL. Em busca de soluções para o cenário atual, ele defendeu o modelo do Big Push (ou Grande Impulso) para a Sustentabilidade, agenda que prevê a coordenação de políticas públicas e privadas para impulsionar investimentos que produzam um novo ciclo de crescimento econômico sustentável.

INOVAÇÃO E RISCOS

Dentro desse conceito, Mussi destacou o papel central da inovação para gerar capacidades tecnológicas e produtivas com vistas ao desenvolvimento sustentável. No entanto, é preciso considerar os riscos e benefícios do processo, que devem ser compartilhados entre agentes públicos e privados.

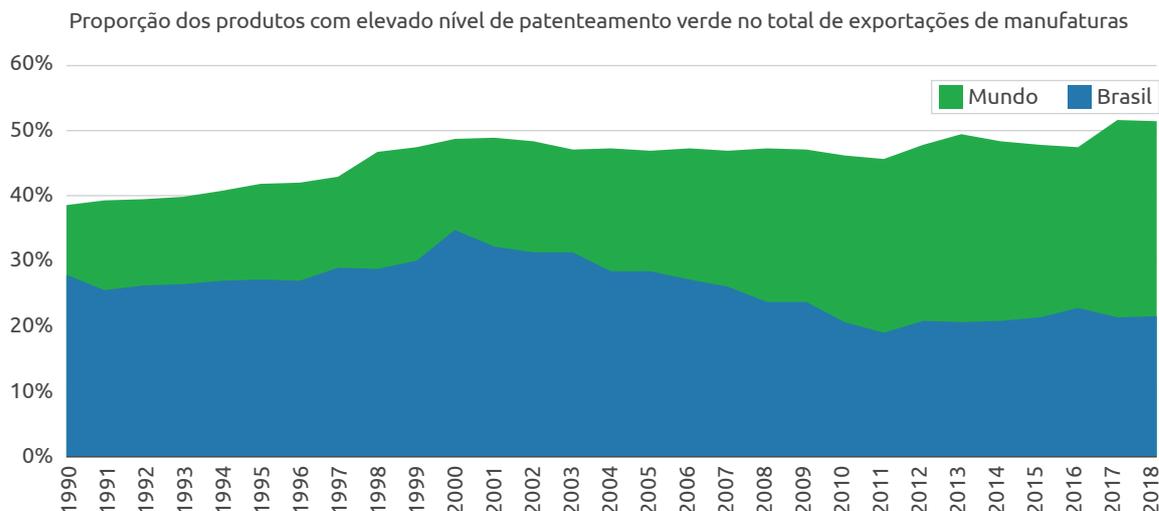
Foto: Divulgação



“Sem meio ambiente, não existe sociedade; sem sociedade, não existe negócio. É por isso que estamos fazendo tanto”.

Leonardo Martins, gerente de sustentabilidade do Aché

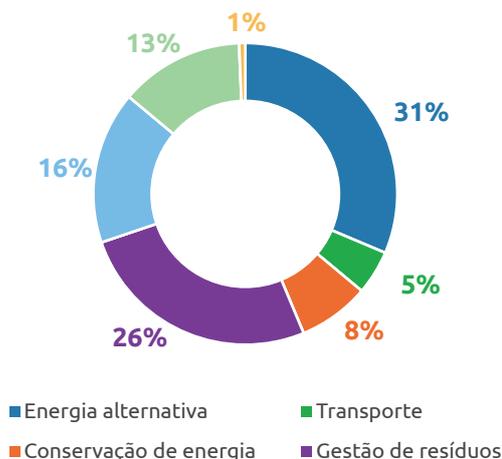
Tendências de esverdeamento das exportações de manufaturas mundiais e do Brasil (1990-2018)



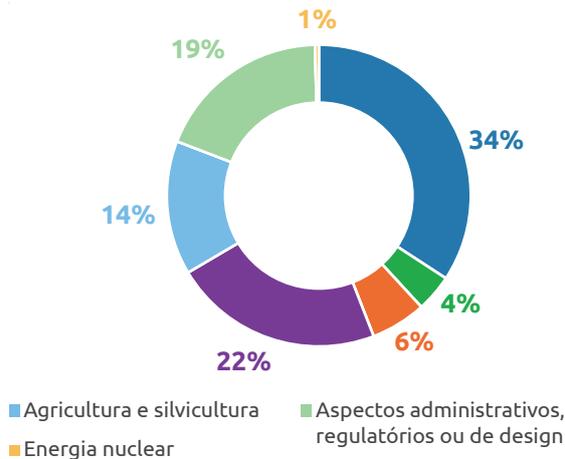
Fonte: Elaboração própria com base em dados do UN Comtrade, da PATSTAT e do IPC Green Inventory da OMPI.

Grandes áreas tecnológicas verdes no Brasil

A. Distribuição das patentes verdes brasileiras por área tecnológica, 2015-2018 – Participação no total (em %)



B. Distribuição das patentes verdes brasileiras por área tecnológica, 2001-2003 – Participação no total (em %)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PATSTAT e do IPC Green Inventory da OMPI.

No webinar, Mussi também abordou o relatório da CEPAL e da CNI, cujo objetivo é apresentar o cenário da ecoinovação no mundo e, a partir daí, analisar o estágio atual do Brasil, bem como indicar desafios e oportunidades para a indústria nacional. O documento aponta o boom das patentes verdes, que cresceram mais de 20 vezes nas últimas décadas, configurando uma espécie de “esverdeamento” do desenvolvimento tecnológico, com liderança da China.

Já no Brasil, segundo levantamento da CEPAL e da CNI, no período de 2015 a 2018, 31% das patentes verdes eram de energias alternativas, seguidas por gestão de resíduos (26%) e agricultura e silvicultura (16%). Para Mussi, a química fina tem papel fundamental para o desenvolvimento nessas áreas.

A CEPAL também está trabalhando com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) em projeto na área de patentes verdes, que envolve a identificação de necessidades e soluções tecnológicas em áreas específicas no âmbito internacional para promover encontros entre ofertantes e demandantes de tecnologia.

Em meio aos desafios e oportunidades do mundo atual, o representante da CEPAL fez um alerta: “O secretário geral da ONU disse que o mundo está em ebulição. Os países estão concorrendo entre si para ter a capacidade tecnológica de viver nesse novo cenário de mudanças climáticas”. Mussi concluiu com um olhar para o futuro: “Precisamos encontrar um caminho para o crescimento da economia, para que nossos filhos tenham oportunidades de emprego e renda como nós temos”. 🌱

Embora o cenário à frente seja desafiador, os *cases* da indústria de química fina brasileira indicam que a superação é possível. Diversos exemplos de boas práticas foram consolidados no relatório ESG na Química Fina, lançado este ano pela ABIFINA. “A palavra-chave nessa discussão é interdependência. O desenvolvimento dos aspectos ambientais, sociais e de governança, entre agentes públicos e privados, nos âmbitos interno e externo ao País e às empresas: tudo está interligado. Isso faz parte de um aprendizado, que vai continuar movendo as empresas para avançar cada vez mais nessa temática”, afirmou Fernanda Costa, especialista em Comércio Exterior e Cadeia Química da ABIFINA, que foi a moderadora do evento.

AGRICULTURA

Na **Ourofino Agrociência**, que atua com defensivos agrícolas, foram utilizados, entre 2022 e 2023, mais de 1 milhão de embalagens recicladas (70% do total), o que evitou a emissão de 930,6 toneladas de CO₂; a empresa reutilizou 83% da água gerada na descontaminação das plantas, economizando 680 mil litros; e reduziu em 10,5% a emissão de CO₂ na logística dos produtos. Cabe destacar ainda que a empresa possui, junto a instituições financeiras, linhas de crédito de R\$ 250 milhões vinculadas a ações socioambientais em 2023.

No campo social, a empresa alcançou, em 2022/2023, os seguintes resultados: 13 ações sociais e 13 projetos aportados, com investimento de R\$ 1,75 milhão; crescimento de 39% de mulheres na liderança; e contratação de 29 pessoas com deficiência; entre outros.

Já em relação à governança, a empresa criou um Comitê de Ética e *Compliance*, além de contar com auditoria externa desde 2010. A Ourofino Agrociência também possui certificação *Great Place to Work* (GPTW). “Através de indicadores, entendemos os nossos desafios, identificamos as grandes oportunidades e visamos ter impacto positivo na sociedade e

no ambiente em que atuamos”, resumiu Luciana Lourenço, diretora de Gestão de Pessoas e Performance Social.

Para consolidar as ações que já existiam e avançar ainda mais, a Ourofino Agrociência criou um Comitê ESG e contratou uma consultoria para avaliar a maturidade da empresa na temática. Para surpresa da própria diretora, a companhia já estava no nível quatro de cinco: “A gente sempre acha que falta muita coisa para fazer e que precisa se esforçar demais para conseguir mobilizar toda a organização na temática ESG. Quando você para efetivamente e analisa, as empresas já estão adotando muitas práticas e é uma questão apenas de ter um olhar mais estratégico”.

SAÚDE

No **Aché Laboratórios Farmacêuticos**, o objetivo é conjugar sempre os aspectos de sustentabilidade ao impacto nos negócios, pois tudo está interligado. Eleito pelo segundo ano seguido como líder no ranking de empresas mais inovadoras do setor farmacêutico e de ciências da vida, segundo o anuário Valor Inovação Brasil 2023, o Aché desenvolve sua estratégia conectada ao propósito da empresa, como descreveu Leonardo Martins, gerente de sustentabilidade: “Nosso propósito é levar mais vida para as pessoas onde quer que estejamos. A promoção desse propósito é potencializada por meio de iniciativas de sustentabilidade”.

Para o representante do Aché, é preciso desenvolver práticas que permitam gerar e proteger valor, tanto para a empresa quanto para seus *stakeholders*, que já têm suas metas ambientais e estão exigindo o mesmo da companhia. Isso implica desdobrar as metas do Aché para seus fornecedores e prestadores de serviço.

“As empresas estão sendo cada vez mais responsabilizadas, não só pelos clientes, mas também legalmente, pelo que elas fazem ou deixam de fazer no contexto da sustentabilidade. Aqui no Brasil isso ainda está engatinhando, mas no resto do mundo já é uma realidade”, alertou Martins, que finalizou: “Sem meio ambiente, não existe sociedade; sem sociedade, não existe negócio. É por isso que estamos fazendo tanto”.

De fato, o que está sendo feito pela empresa é expressivo. No campo da governança, o Aché realizou ações como a criação de uma estrutura de governança temática e multidisciplinar para temas materiais (mudanças climáticas, biodiversidade e ecoeficiência, entre outros), além do censo com foco em diversidade, equidade e inclusão, que obteve engajamento de 75% dos colaboradores. Essa estrutura foi responsável pela construção do Olhar ESG e da Agenda 2030 da empresa.

No aspecto social, a empresa desenvolve iniciativas como o Projeto Longevidade e o Programa Cuidados pela Vida, como forma de promover o acesso à saúde aos brasileiros. Já na temática ambiental, destaque para a elaboração do inventário de gases de efeito estufa, estabelecendo o compromisso de reduzir as emissões de carbono, e a certificação nos padrões ISO da unidade do Aché em Guarulhos (SP).





Marcelo Mansur, presidente da Nortec Química

NORTEC QUÍMICA INVESTE R\$ 33 MILHÕES NA EXPANSÃO DOS LABORATÓRIOS DE PESQUISA & DESENVOLVIMENTO E CONTROLE DE QUALIDADE E MANTÉM TRAJETÓRIA DE INOVAÇÃO

Com investimentos de R\$ 33 milhões, a Nortec Química, maior fabricante de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) da América Latina, está expandindo seus laboratórios de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) e Controle de Qualidade (CQ). O objetivo é aumentar a competitividade no setor, incrementar a inovação, e ampliar a colaboração e a parceria com instituições de pesquisa, além de promover a contratação de novos talentos da indústria farmoquímica nacional.

Iniciada em 2022 e com previsão de conclusão para dezembro de 2024, a ampliação dos laboratórios de P&D e CQ da empresa é estratégica e faz parte de um plano de fortalecimento em tecnologia e inovação. A companhia quer aumentar o elenco de parcerias de colaboração

científica com importantes instituições de pesquisa no Brasil, como a que já mantém com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

“A ideia é tornar essas áreas ainda mais participativas no meio científico. Além das obras de ampliação, os



equipamentos avançados nos permitirão utilizar novos recursos de maneira rápida e eficiente, algo que trará reflexos positivos para toda a produção”, diz o presidente da Nortec Química, Marcelo Mansur.

Com novos equipamentos e maior espaço físico, a Nortec Química planeja investir na contratação de novos talentos qualificados para melhorar ainda mais diversas áreas, como técnicas de análises mais sensíveis, métodos de caracterização aprimorados e ampliação da investigação científica sobre processos, entre outros.

“Um espaço que oferece mais estrutura, tecnologia e investimentos também atrai excelentes profissionais”, pontua Mansur, que complementa, “esses times serão capazes de criar e introduzir novos produtos, soluções e tecnologias. Conseqüentemente, estarão contribuindo para o crescimento de todo o mercado”.

“Teremos também novas salas de cromatografia, lavagem e bancadas. Instalaremos novos cromatógrafos da mais alta tecnologia”, celebra o executivo.

Atualmente, a Nortec Química possui um portfólio com mais de 50 substâncias. Esses insumos são a base para medicamentos que fazem parte do cotidiano da população brasileira, como relaxantes musculares e anti-inflamatórios, além de outros fármacos essenciais para os sistemas público e privado de saúde.

Com uma trajetória de 40 anos marcada por investimentos em tecnologia e conhecimento, a empresa apresenta em seu pipeline projetos promissores que trarão benefícios para a indústria, aumentarão a atuação dos

SOBRE A NORTEC QUÍMICA

A Nortec Química é a maior fabricante de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) da América Latina, investindo em tecnologia, pesquisa e desenvolvimento e inovação em seus processos. A companhia é a única produtora de benznidazol no Brasil, IFA utilizado no tratamento da doença de Chagas e é a maior produtora de antirretrovirais do Ocidente. A relevância da Nortec Química no cenário mundial permanece com o aumento da capacidade produtiva e na atuação em P&D com o projeto de instalação da primeira Planta para Drogas de Alta Potência, contribuindo com soluções tecnológicas para a melhoria do bem-estar, da vida e da saúde das pessoas. A empresa foi fundada na década de 1980 em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

seus profissionais em conferências e eventos científicos, e oferecerão maior confiança à sociedade.

MAIS INVESTIMENTOS

Até o final de 2023, a Nortec Química deve inaugurar outro espaço estratégico, o Kiloab, que dará início à atividade da empresa no mercado de IFAs oncológicos. “Todas essas ações fazem parte de um conjunto de investimentos focados no avanço tecnológico e científico da Nortec”, aponta Marcelo. “Numa visão geral, nossa meta é colher resultados já a partir do ano que vem”, finaliza. 🧪

PAINEL DO ASSOCIADO

CBL: 32 anos pioneira no mercado de lítio

O potencial da indústria de lítio no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, para abastecer o mercado mundial foi tema de debate no evento “Lithium Business: desafios, limites e oportunidades”, realizado em julho na cidade de Araçuaí. Empresas em fase de implantação de projetos apresentaram o estágio de seus empreendimentos. A Companhia Brasileira de Lítio (CBL) se destacou pela homenagem aos colaboradores que completaram 30 anos na extração e beneficiamento do minério da região, agora chamada de Vale do Lítio.

Esse é um dos minerais críticos na transição para a economia de carbono zero e se tornou mais conhecido por ser componente essencial para a produção de baterias de veículos elétricos. Portanto, países do mundo todo buscam novas fontes para atender à demanda reprimida pelo insumo.

Se hoje a procura por lítio é a nova “corrida do ouro”, a CBL foi a primeira a dar a largada em 1991. Pioneira na lavra subterrânea de pegmatito litífero e no beneficiamento do espodumênio (mineral do qual é retirado o lítio), até hoje é a única fornecedora do mineral no Brasil para a fabricação de medicamento para transtorno afetivo bipolar.

Lindolfo Paoliello, diretor de Relações Institucionais da CBL, lembra que a empresa iniciou suas atividades no momento em que o Brasil enfrentava recorde de inflação, planos econômicos mal-sucedidos, infraestrutura urbana e de transporte deficitária e mão de obra especializada inexistente.

A falta de conhecimento tecnológico exigiu investimentos de vulto da CBL. Nada disso intimidou a empresa, que virou precursora no mercado brasileiro de lítio, pontua Paoliello.

Atualmente, a companhia tem certificações ISO que atestam seus procedimentos de respeito ao meio ambiente, à saúde e à segurança do trabalho. Também sustenta ações de responsabilidade social para a população da região.

AVANÇOS

A CBL é a única empresa no Brasil que:

- » Encontra-se em estágio avançado para produzir hidróxido de lítio com 99,99% de pureza para a indústria nuclear, um resultado do acordo de cooperação com o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen);
- » Possui planta química fora da China na qual o concentrado de espodumênio é convertido em produtos químicos de alta pureza;
- » Está capacitada para produzir o carbonato de lítio que atende à especificação de grau bateria;
- » Produz carbonato de lítio com 99% de pureza para as indústrias de cerâmica, metalurgia e farmoquímica;
- » Fabrica hidróxido de lítio industrial para graxas lubrificantes de alta performance e vidros especiais.

Espodumênio, mineral esverdeado do qual é retirado o lítio



Laboratório Gross reforça quadro de associados da ABIFINA

A ABIFINA dá as boas-vindas ao Laboratório Gross, seu mais novo associado. A farmacêutica, de capital 100% familiar e nacional, com 97 anos de história, atua nos segmentos de medicamentos diuréticos, antissépticos urinários, neuroregeneradores, medicamentos para dor, suplementos vitamínicos, dermocosméticos e saúde bucal. São mais de 20 produtos no portfólio, disponíveis em 80 mil pontos de venda em todo o Brasil.



Representante oficial no País de laboratórios como o francês Iprad e o espanhol Lacer, o Gross comercializa soluções inovadoras para ginecologia, clínica geral, ortopedia, angiologia, odontologia, entre outras áreas.

A empresa foi criada em 1926 pelo farmacêutico Fernando Gross e seu primeiro medicamento era para tratamento de sífilis. Em 1963, transferiu e ampliou sua planta produtiva para um terreno de 15 mil m², localizado no Méier, no município do Rio de Janeiro, onde permanece instalada até hoje.

Lançamentos como Etna, Adeforte, Organonero Cerebral, Sepurin e Hidrion consolidaram os negócios na primeira década dos anos 2000 e, agora, o Gross expande para os mercados de angiologia e cirurgia vascular com o medicamento Flebodia.

Atualmente, o Laboratório Gross se propõe para um novo desafio: a produção de alguns Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) constituintes do seu principal medicamento.

Supera Farma projeta atingir R\$ 1 bilhão em faturamento

A Supera Farma completa 12 anos em 2023 e espera alcançar seu primeiro bilhão em faturamento. Atualmente, a empresa tem como foco estabelecer parcerias para o lançamento de novos produtos. “Desde 2022, optamos por acelerar a efetivação de parcerias inorgânicas, com a criação da área de Aquisições e Novos Negócios, e a intensificação da busca por aquisições de produtos ou marcas, licenciamentos, distribuição e codesenvolvimento ou comarketing”, explica Lino dos Santos, diretor comercial e de marketing.

A companhia busca ser reconhecida como uma das dez maiores farmacêuticas em prescrição médica no Brasil. E está no caminho. O Grupo Eurofarma – do qual faz parte junto com a Momenta – atingiu, em julho deste ano, a 10ª posição no ranking de prescrição médica do Receituário Close-up, empresa de conteúdo e serviços para a indústria farmacêutica.

Antes de completar uma década, a Supera já havia obtido a 12ª colocação nesse mesmo ranking. Registrou também, em 2022, a 7ª posição em ganho de *market share*, segundo a IQVIA, que provê soluções para a área da saúde.

A Supera atua em todos os estados brasileiros e possui um amplo portfólio de classes terapêuticas, com cerca de

200 apresentações. A companhia também se destaca na gestão de pessoas. Em 2023, ocupou o segundo lugar no ranking *Great Place To Work* na área da saúde, figurando na lista pelo sexto ano consecutivo.



Foto: Divulgação Supera Farma

ABIFINA EM AÇÃO

ABIFINA coordena ações da ENPI

A ABIFINA é uma das poucas entidades selecionadas para compor o quadro de representantes da sociedade civil no Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (Gipi), cujas atividades foram intensificadas este ano. Na primeira Reunião Extraordinária, em agosto, foi aprovado o Plano de Ação da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (Enpi) para o biênio de 2023-2025. A ABIFINA participará de 12 ações, sendo que coordenará nove delas. O Gipi ainda instituiu o Grupo Técnico de Inteligência em Propriedade Industrial, entre outras resoluções (*veja o quadro*).

Os encontros do Gipi envolveram dirigentes da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e de outros órgãos. Além disso, foi promovida uma oficina para elaborar as entregas do Plano de Ação da Enpi. A ABIFINA levou as propostas reunidas entre os associados. O Grupo incorporou a sugestão de elaborar cartilhas sobre ilícitos relacionados à propriedade intelectual.

DELIBERAÇÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO DE NORMATIVOS DO GIPI | JUNHO/2023

- » Encerrar a discussão sobre a compensação do prazo de vigência das patentes em função de possíveis atrasos do INPI.
- » Abrir consulta à sociedade sobre a pertinência de a Lei permitir alterações nos pedidos de patentes antes do requerimento de exame, assim como os prazos para isso.
- » Recomendar que INPI avalie o fluxo interno relativo à divisão de pedidos de patentes. O objetivo é tentar reduzir o número de pedidos divididos sem mérito, sem precisar de alterações legislativas.
- » Recomendar aos órgãos integrantes do Gipi que levem em consideração o relatório final do Diálogo Técnico Patentes 3 (sobre compensação do prazo de vigência das patentes) em suas eventuais manifestações sobre os projetos de lei relacionados ao assunto.

Roadshow mostra soluções para inovação

Aconteceu em agosto mais uma ação da parceria entre a ABIFINA e a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) para fomentar a inovação na área farmacêutica. Um *roadshow* percorreu as sedes da Blanver e da Blau Farmacêutica.

O diretor de Relações Institucionais, Igor Nazareth, e o coordenador de Mobilização Empresarial, Fábio Cavalcante, da Embrapii, apresentaram o modelo desburocratizado da empresa, que tem rápida assinatura dos contratos, sem publicação de edital. Além disso, eles explicaram que a instituição trabalha com a oferta de recursos não reembolsáveis, no valor de, no mínimo, um terço do total do projeto.

O presidente-executivo da ABIFINA, Antonio Carlos Bezerra, ressaltou a importância da iniciativa.



Novo programa de inovação pode incentivar a bioeconomia

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) anunciaram um programa de apoio à inovação que vai ofertar crédito com taxas de juros a partir da Taxa Referencial (TR) + 2%, além de recursos não reembolsáveis. A expectativa é que as inovações a serem apoiadas possam resolver novas e antigas demandas sociais, ambientais e climáticas do País.

Dois dias antes, a novidade foi apresentada no webinar da ABIFINA “Inovação a partir da biodiversidade – Transformação industrial: desbravando o potencial verde”, realizado no dia 29 de agosto, como parte da agenda estratégica deste ano.

Carla Reis, chefe do Departamento do Complexo Industrial da Saúde e de Serviços do BNDES, explicou que a iniciativa terá orçamento de até R\$ 5 bilhões por ano entre 2023 e 2026. A medida se alinha à nova política industrial e ao objetivo de reduzir as vulnerabilidades do Sistema Único de Saúde (SUS).

O programa vai priorizar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação; plantas industriais que possam expandir a fronteira tecnológica; difusão de tecnologia; transformação digital; e parques tecnológicos, incubadoras e aceleradoras.



A parte da Finep em um total de R\$ 40 bilhões, mais R\$ 20 bilhões em recursos não reembolsáveis.

A continuidade das políticas públicas, associada à oferta de instrumentos financeiros adequados, é essencial para garantir o uso sustentável dos recursos naturais e estimular as pesquisas, disse Igor Bueno, gerente da Finep, no webinar.

ESG na indústria de química fina

A ABIFINA leva, para o setor de química fina, o debate sobre ESG, sigla em inglês para ações nos campos ambiental, social e de governança. Para mostrar como os associados estão evoluindo nessa nova perspectiva, a ABIFINA lançou o Relatório ESG na Química Fina.

Dezenove associados participam e contam seus projetos estratégicos nas três dimensões e sua relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Nota-se um importante avanço no quesito governança.

Após o lançamento, a associação iniciou uma campanha nas redes sociais para difundir essas experiências de sucesso. Aprofundando o debate, a ABIFINA realizou o webinar “Práticas ESG na Química Fina: Impulsionando a Sustentabilidade e a Inovação”, em 07 de agosto, cuja cobertura está na página 22 desta **FACTO**. Já a entrevista da edição ajuda a entender o contexto do ESG no mundo (pág. 08).

Baixe o Relatório ESG na Química Fina:

<https://abifina.org.br/publicacoes/relatorio-esg-na-quimica-fina/>

Acompanhe a campanha nas redes sociais:

LinkedIn (@abifina) / Instagram (@abifina_) / Facebook (@abifina)



Conselho Administrativo debate reindustrialização com governo

A necessidade de reindustrialização para garantir a soberania sanitária do Brasil foi tema central da última reunião do Conselho Administrativo da ABIFINA, em junho. Um dos convidados foi Uallace Moreira Lima, secretário de Desenvolvimento Industrial, Comércio, Serviços e Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Ele se comprometeu a levar ao ministro Geraldo Alckmin o pedido da ABIFINA para integrar as reuniões de trabalho do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI).

Moreira enfatizou a importância da reindustrialização para o governo, observando que “nenhum país passou por esse processo”. Mesmo países da Europa e Ásia, apesar de terem se desindustrializado, não chegaram a perder densidade produtiva como o Brasil. Ele também mencionou que o Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) e a indústria da química fina estão contemplados na nova política industrial.

Já Suzana Borschiver, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro do Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE), falou sobre a agenda política para o uso do gás natural como matéria-prima no Programa Gás para Empregar. Apontou ainda as oportunidades para a indústria da química fina. Ela mencionou que o gás natural é essencial na fabricação de produtos como fertilizantes e defensivos agrícolas.



Prêmio Alcebiades de Mendonça Athayde

O sétimo Prêmio Alcebiades de Mendonça Athayde de Mérito Industrial foi entregue na reunião do Conselho Administrativo de junho. O homenageado dessa vez foi o diretor de Farmanguinhos, Jorge Mendonça, que recebeu a comenda do presidente da ABIFINA, Marcus Soalheiro. Mendonça foi escolhido devido a seus quase 30 anos na indústria farmacêutica, trabalhando para fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS). Atuou de forma determinante para as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs) e para a fabricação nacional de insumos farmacêuticos ativos estratégicos.

Resultados do GAJ



A reunião do Conselho Administrativo em 31 de agosto teve apresentação de Pedro Barbosa, sócio do escritório Denis Borges Barbosa Advogados. Ele falou sobre as estratégias do Grupo de Apoio Jurídico (GAJ) da ABIFINA em ações judiciais relevantes, como aquelas que tentam aumentar a vigência de patentes. Além disso, Antonio Carlos Bezerra, presidente-executivo da entidade, relatou as perspectivas do novo arcabouço legal para a governança do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS). A reunião foi marcada ainda pelo anúncio oficial do ingresso do Laboratório Gross no quadro de associados.

ABIFINA acompanha retomada das políticas públicas

O Governo Federal vem cumprindo a promessa de retomar os incentivos para o crescimento do Brasil e a ABIFINA está presente no lançamento dos grandes marcos. Em julho, a entidade esteve na 17ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), no Palácio do Planalto, após sete anos de paralisação. A participação foi a convite do secretário Wallace Moreira Lima, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse no encontro que o Brasil precisa fazer uma nova revolução industrial, e que, no que depender do governo, as condições para isso serão criadas. Geraldo Alckmin, ministro do MDIC e presidente do CNDI, anunciou investimentos na indústria, enquanto a ministra da Saúde, Nisia Trindade, falou da importância do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) para a reindustrialização do País.



Já em agosto, a ABIFINA participou do lançamento do novo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), no Rio de Janeiro. O evento teve as presenças de Lula, Alckmin e os ministros da Casa Civil, Rui Costa, da Fazenda, Fernando Haddad, e de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

O PAC visa acelerar o crescimento econômico e a inclusão social por meio do investimento de R\$ 1,7 trilhão em todo o País até depois de 2026, em nove eixos. Na Saúde, serão R\$ 30,5 bilhões para expandir as redes de atenção primária e especializada, fortalecer a saúde digital,

e aumentar a capacidade produtiva nacional de fármacos, biofármacos, vacinas e hemoderivados.

Outra atividade da qual a ABIFINA fez parte foi uma oficina em Brasília para fortalecer a produção nacional de medicamentos, organizada pelo Ministério da Saúde e o Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz. As discussões versaram sobre temas como critérios de análise das propostas de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP); transferência de tecnologia; internalização de tecnologia; e nacionalização de Ingredientes Farmacêuticos Ativos (IFAs).

Transferência de tecnologia no SUS

O presidente-executivo da ABIFINA, Antonio Carlos Bezerra, foi um dos debatedores no I Congresso dos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais do Brasil. O evento foi promovido pela Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais do Brasil (Alfob) em agosto.

Bezerra argumentou em favor das compras públicas pelo Estado por meio das PDPs durante a mesa-redonda “Inovação tecnológica e transferência de tecnologias em atendimento ao SUS: o papel normativo do Estado e a garantia da efetividade”.

Pontos como legislação, inteligência de mercado, horizonte tecnológico e monitoramento de indicadores foram tratados por ele e representantes de ministérios, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e da Alfob.



Combate à pirataria na saúde é prioridade no CNCP

Os trabalhos da Comissão Especial de Saúde, coordenada pela ABIFINA, têm recebido destaque no Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP), órgão colegiado vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. Uma reunião realizada pelo CNCP em julho abriu espaço para a ABIFINA expor sua trajetória na defesa do mercado legal.

A associação relatou ainda as ações feitas na Comissão e a necessidade de ampliá-las com a adesão de órgãos públicos e privados. Andrey Correa, secretário-executivo do CNCP, enfatizou a prioridade dada à área da saúde e reconheceu a ABIFINA como parceira estratégica. A primeira reunião de 2023 da Comissão Especial de Saúde aconteceu em agosto.

No mesmo mês, a pirataria na área da saúde foi tema da segunda reunião ordinária do CNCP, em Brasília. O encontro reuniu autoridades do Senado Federal, Ministério da Justiça, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Polícia Rodoviária Federal, entre outros. O consultor da ABIFINA Fernando Marini destacou as cartilhas da entidade, com apoio do CNCP, sobre o consumo seguro de produtos naturais e o combate à pirataria de insumos agropecuários.

Já a primeira reunião ordinária do Conselho no ano, em maio, teve como objetivo direcionar maior atenção a setores específicos, como saúde, falsificação de remédios e segurança alimentar.

Controle de insumos agrícolas

A ABIFINA apoiou o Seminário Nacional sobre Insumos Agrícolas (Senagri), promovido em junho pela Sociedade Brasileira de Defesa Agropecuária (SBDA). No primeiro dia, ocorreu o Encontro Nacional sobre Fiscalização de Agrotóxicos (Enfisa), focado no Programa Aplicador Legal de Agrotóxicos. Também foram debatidos o Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC Vegetal) e o registro de defensivos agrícolas de origem microbiológica. Nos dois dias seguintes, foram abordados temas como combate aos defensivos ilegais, bioinsumos, mercado agrícola e monitoramento de resíduos.



Inovação para o agronegócio

A Terceira Diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) atendeu a ABIFINA e a Ourofino Agrociência em reunião virtual em julho. O intuito foi apresentar projetos inovadores em desenvolvimento pela empresa, incluindo seu histórico, parcerias, portfólio e perspectivas. Na ocasião, a ABIFINA aproveitou para apresentar as cartilhas para o combate a produtos ilegais, enfatizando as parcerias com órgãos reguladores e fiscalizadores.

ABIFINA divulga balanço da pirataria no primeiro semestre

O Observatório de Ilegais da ABIFINA identificou 210 toneladas de defensivos agrícolas piratas apreendidos no Brasil no primeiro semestre deste ano. O principal produto foi o herbicida Paraquate (106 toneladas), cujas quantidades confiscadas aumentaram após a Anvisa proibir seu uso. O objetivo do Observatório é divulgar os resultados das ações das autoridades brasileiras contra a pirataria de insumos agropecuários e de produtos veterinários.

Confira o Observatório de Ilegais no site da ABIFINA:
<https://abifina.org.br/servicos/observatorio-de-ilegais/>

Governo muda posição sobre acordos de compras públicas

Os apelos do setor produtivo para o Brasil recuar nas ofertas que fez, na gestão passada, em negociações comerciais finalmente surtiram efeito. O governo brasileiro retirou, em 30 de maio, a proposta entregue aos membros do Acordo de Compras Governamentais da Organização Mundial do Comércio (OMC), que se encontrava ainda em tratativas. A ABIFINA e o Grupo FarmaBrasil defenderam, em nota conjunta, que a oferta poderia impactar negativamente a indústria e inviabilizar as políticas públicas na área de saúde no País.

As duas entidades também encaminharam ofícios a diferentes ministérios propondo excluir as aquisições do Ministério da Saúde do capítulo de compras públicas do Acordo Mercosul – União Europeia. Em reunião com o Ministério das Relações Exteriores, em maio, a ABIFINA manifestou preocupação quanto ao retorno das discussões sobre temas de propriedade intelectual, como *linkage* e *data protection*.



//ABIFINA em Ação

Alerta para baixa oferta de IFAs no Brasil

A ABIFINA apresentou a visão do setor farmoquímico no II Seminário – Comissão Técnica de Crises em Saúde (CTCS), organizado pela Anvisa, em Brasília, no mês de junho. Marina Moreira, especialista em assuntos regulatórios ABIFINA, ressaltou estudo promovido entre a associação e a Fiocruz que verificou a pouca oferta de IFAs produzidos no Brasil em medicamentos registrados: apenas 26% dos produtos constantes na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) possuíam insumos nacionais. Marina comentou que incentivar a fabricação de produtos químicos de base e especialidades químicas é um fator importante para impulsionar a produção local de IFAs.

ABIFINA participa de debates na Anvisa

A ABIFINA tem mantido reuniões regulares com diretores da Anvisa para discutir a retomada do desenvolvimento industrial no setor de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs). Em julho, a entidade levou os associados para conversarem com a equipe da Anvisa e o diretor Romison Rodrigues Mota, da Quarta Diretoria. Em agosto, o encontro foi com Patricia Tagliari e Varley Sousa, da Segunda Diretoria.

TEMAS EM DESTAQUE

- Pedidos recentes de concessão de excepcionalidade para importação de produtos sem registro;
- Emissão de Carta de Adequação de Dossiê de IFA (Cadifa) de forma desvinculada;
- Precificação diferenciada para produtos oriundos de inovação;
- Sistemática para inspeções em empresas farmoquímicas internacionais que produzem IFAs e intermediários;
- Reconhecimento de relatórios de inspeção (*reliance*);
- Necessidade de revisão urgente da RDC 204/17 para promover a nacionalização e incentivar a cadeia produtiva brasileira;
- Acordos de cooperação internacional; e
- Solicitação de Certificação de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para intermediários de IFAs.

Evento avalia aplicação de procedimentos de confiança regulatória

Aproximadamente um ano após a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovar o primeiro processo de *reliance* – ou confiança regulatória – no País, a ABIFINA promoveu em maio um balanço dessa iniciativa por meio do webinar “Práticas colaborativas em regulação – experiência com o *reliance* no Brasil”, ação que segue dentro da agenda estratégica de 2023 da entidade.

O procedimento de *reliance* consiste em aproveitar análises de uma autoridade reguladora estrangeira equivalente, o que permite reduzir o tempo das análises e a fila de solicitações, sem, no entanto, tirar da autoridade nacional a decisão final. Com isso, também se busca garantir acesso em caso de emergência em saúde pública.

O chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais da Anvisa, Leonardo Dutra Rosa, afirmou que a meta, agora, é a Anvisa ser listada como autoridade regulatória de referência pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Lorena Pereira, fundadora da Vita Regulatory Affairs Consulting, apontou as iniciativas da Anvisa voltadas ao *reliance* no setor de medicamentos. São marcos importantes a RDC 741/2022 (diretrizes para que a agência considere a análise de autoridades estrangeiras); a RDC 750/2022 (procedimento temporário para avaliação otimizada dos dossiês produzidos por outras autoridades regulatórias); e a Consulta Pública 1108/2022 (admissão de documentação técnica de outras agências para o registro de medicamentos).



RÁPIDAS

ABIFINA NO CGEN

A ABIFINA retoma sua atuação como membro do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen), órgão colegiado do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Ana Claudia Oliveira, consultora especialista em Propriedade Intelectual e Biodiversidade da entidade, foi novamente nomeada conselheira, em julho, por indicação da Confederação Nacional da Indústria (CNI). A representante participou das reuniões do CGen em maio, junho e agosto.

SISGEN DAY

Associados e unidades Embrapii convidadas participaram, em maio, de um treinamento exclusivo oferecido pela ABIFINA, o SisGen Day. A especialista Ana Claudia Oliveira forneceu orientações e capacitação sobre o cadastro adequado de atividades de pesquisa e desenvolvimento relacionadas à biodiversidade brasileira no Sistema de Gestão do Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado (SisGen). Além disso, a ABIFINA participou de reunião da Rede de Biodiversidade da Indústria sobre o Módulo Publicidade do SisGen.

INDÚSTRIA FLUMINENSE

A ABIFINA tem acompanhado os debates sobre o Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) e seu desenvolvimento na região fluminense. A entidade participou, em maio, de audiência pública sobre o assunto realizada pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Para aprofundar o conhecimento sobre o tema, a ABIFINA se reuniu em julho com Mauro Osório, diretor da Assessoria Fiscal da Alerj e autor de nota técnica sobre o tema.

FÓRUM NACIONAL DA INDÚSTRIA

A Reforma Tributária foi a pauta principal da última reunião, em agosto, do Fórum Nacional da Indústria (FNI), que teve a participação da ABIFINA. Também foram abordados os principais julgamentos de interesse da indústria no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Outros temas discutidos incluíram a nova política industrial, o Brasil na presidência do B20, a reunião do BRICS na África do Sul, o Mapa Estratégico da Indústria e o Guia de Boas Práticas de Proteção de Dados para a Indústria.

FRENTE PARLAMENTAR DA QUÍMICA

As entidades que compõem o Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Química (IdQ) se reuniram, em julho, para debater a agenda de trabalho da instituição e da Frente Parlamentar da Química (FPQuímica). Também foi apresentado um balanço do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa das Indústrias Química e Farmacêutica, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). Em agosto, nova reunião do IdQ retomou o planejamento das instituições. A ABIFINA integrou as atividades.

PATENTES BIOTECNOLÓGICAS

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), em parceria com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (CEPAL) e apoio do Programa Euroclima+ da União Europeia, promoveram, em agosto, o “Diálogo sobre a Regulamentação de Patentes de Biotecnologia”, em Brasília. O evento discutiu normas e critérios de patenteabilidade para invenções biotecnológicas e divulgou um estudo inédito de *benchmarking* internacional sobre o tema. Amanda Lobarto, diretora de Propriedade Intelectual & Inovação da ABIFINA, participou do evento.

COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A ABIFINA encaminhou suas contribuições para a consulta pública do MDIC sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável em negociações internacionais, aberta em junho. Para a entidade, essa é uma discussão importante, que pode incentivar as instituições em condutas responsáveis, mas traz desafios, como a adoção de medidas unilaterais que restrinjam o comércio.

IFAS E FITOTERÁPICOS

O MDIC realizou em julho uma reunião para discutir Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs), fitoterápicos e Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). A pasta pretende capacitar os fornecedores nacionais para atender às demandas de produtos de saúde dos órgãos da Organização das Nações Unidas (ONU). Isso será feito em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Quanto aos fitoterápicos, foram debatidos projetos para o desenvolvimento de mercados e padrões, além da dificuldade enfrentada pelo MDIC em enquadrar esses produtos nas NCMs.



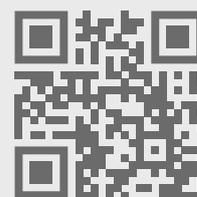
GLOBE

QUÍMICA
SEUS IFAS NO BRASIL

Combinamos experiência, capacidade produtiva e competência para o desenvolvimento e produção de diversos Insumos Farmacêuticos sempre com **Qualidade, Agilidade, Segurança Regulatória** e respeito ao **Meio ambiente**. Estes fundamentos são a base de todos os nossos processos e pelos quais desejamos construir o nosso legado de atuar na saúde, bem-estar e longevidade das pessoas.

#vempraGlobe

UMA EMPRESA DE PESQUISA
QUE PRODUZ IFAS



A inovação é o motor que nos impul- siona

Investimos no presente para impactar no futuro, promovendo mais bem-estar para as próximas gerações.

Construir um futuro com mais saúde requer desenvolvimento contínuo, pesquisa diária e muito compromisso. Esse é o nosso maior propósito: garantir bem-estar e elevar a condição básica de vida. É por isso que investimos constantemente em **novas tecnologias** que nos permitem criar cuidados de alta qualidade que farão a diferença hoje e no futuro que estamos ajudando a construir.

biolab
FARMACÊUTICA

VIVA A EVOLUÇÃO

